



TRANSPARÊNCIA NO FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA MARINHA: uma tarefa impossível?

Principais Mensagens:

1 Milhares de milhões de dólares têm sido investidos para melhorar a gestão das pescas nos países do Sul, através da ajuda pública e, ainda mais, para promover a conservação dos oceanos e a economia azul. Espera-se que estes fluxos de financeiros aumentem, impulsionados pelos compromissos internacionais sobre clima e conservação da biodiversidade. No entanto, a transparência destes fluxos financeiros e dos seus impactos permanece insuficiente e frequentemente contestada, o que, muito provavelmente, compromete a sua eficácia.

2 A busca por maior transparência tem sido uma prioridade dos profissionais da ajuda ao desenvolvimento há décadas, sendo uma característica proeminente da Agenda de Eficácia da Ajuda. Tem havido muitas conquistas significativas, incluindo o lançamento de várias ferramentas e normas de transparência. No entanto, os resultados são contestados e a transparência está a tornar-se mais difícil devido à mudança no panorama do que agora é conhecido como «financiamento do desenvolvimento». Esse panorama apresenta um número crescente de atores e formas cada vez mais complexas de mobilização da ajuda.

3 Existem múltiplos desafios para melhorar o acesso do público à informação sobre o financiamento do desenvolvimento no setor das pescas. Muitos governos têm sistemas inadequados para gerir a informação sobre o que entra nos seus países, enquanto as bases de dados internacionais destinadas a melhorar a transparência fornecem frequentemente informação incompleta e confusa. As práticas de transparência, incluindo a comunicação sobre o objetivo e os resultados dos projetos de ajuda, são também mais difíceis de alcançar no caso do financiamento proveniente de fundações filantrópicas e da ajuda ao desenvolvimento combinada com investimentos privados. Neste contexto, há uma necessidade premente de apoiar as partes interessadas no setor das pescas, incluindo os governos, com informações fiáveis e acessíveis.

Relatório #11



Introdução

De acordo com informações compiladas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), na última década, mais de US\$ 5 bilhões foram comprometidos por doadores oficiais para melhorar a pesca nos países em desenvolvimento. O Banco Mundial é o maior doador para o setor pesqueiro, seguido pelo Japão. Esse montante declarado de ajuda à pesca corresponde à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), uma estatística há muito utilizada para acompanhar os gastos com ajuda. No entanto, há muitas razões pelas quais os dados sobre a APD para a pesca não são fiáveis. Esta estatística está também a tornar-se obsoleta devido a mudanças no panorama da ajuda, incluindo o aumento da ajuda filantrópica, as parcerias Sul-Sul e a combinação da ajuda tradicional com o financiamento privado. Por tudo isto, a APD está a ser ultrapassada por uma métrica chamada Apoio Oficial Total ao Desenvolvimento Sustentável (TOSSD). Se essa medida estatística for utilizada, o montante mobilizado para a gestão sustentável das pescas é muito mais elevado. Mas não foram produzidos dados completos sobre quanto é, para onde vai e com que finalidade. Atualmente, o conhecimento destes fluxos de dinheiro está a ser perturbado pela redução da ajuda de muitos credores bilaterais tradicionais e pelo encerramento repentino da grande maioria da ajuda externa dos EUA.



Independentemente de como é medida, sabemos que, nos últimos 70 anos, milhares de milhões de dólares foram investidos no desenvolvimento das pescas, na conservação dos oceanos e na expansão da economia azul. Muitas organizações, incluindo os governos dos países em desenvolvimento, concordam que, para tornar as pescas mais sustentáveis e resilientes às alterações climáticas, a ajuda ao desenvolvimento precisa aumentar significativamente.

Introdução	02
<hr/>	
Parte I:	
Esforços internacionais para a transparência no financiamento do desenvolvimento – de Paris a Adis Abeba	04
Transparência e a agenda da eficácia da ajuda	06
Da ajuda ao desenvolvimento ao financiamento do desenvolvimento	09
ODA: TOSSD de lado?	11
<hr/>	
Parte II:	
Transparência e financiamento do desenvolvimento da pesca marinha	14
Desafio 1:	
Relatórios limitados dos países do Sul ..	15
Desafio 2:	
As ferramentas internacionais de transparência são confusas e inacessíveis	17
Desafio 3:	
Acompanhamento da ajuda filantrópica	22
Desafio 4:	
A complexidade e opacidade do financiamento privado	25
Desafio 5:	
Compreender o objetivo e o impacto do financiamento do desenvolvimento no setor das pescas	30
<hr/>	
Conclusão	34

No entanto, permanecem questões preocupantes sobre o sucesso da ajuda ao setor das pescas. Num livro publicado pelo Banco Mundial em 2010, dois capítulos escritos por especialistas de longa data em pesca descreveram o legado da ajuda aos setores pesqueiros como «terrível», «ineficaz» e «mal concebido».¹ É difícil encontrar uma análise recente que ofereça uma visão mais positiva.

Sem dúvida, muitos doadores e beneficiários da ajuda ao desenvolvimento no setor das pescas contestarão esta perspetiva sombria. Estudos de caso podem mostrar os impactos positivos de projetos específicos de ajuda. A questão de saber se a ajuda funciona ou não, também é provavelmente simplista. Como descrevemos noutros tBriefs, a gestão das pescas é um *problema complexo*, pois envolve múltiplos objetivos sociais, económicos e ambientais que podem ser contraditórios. Os projetos de ajuda ao desenvolvimento provavelmente produzirão resultados díspares, beneficiando alguns mais do que outros, mesmo sem levar em conta os problemas bem conhecidos da ajuda internacional, incluindo a sua ineficiência e corrupção.

Este tBrief não se debruçará sobre debates relativos à eficácia da ajuda ao setor das pescas. Centrar-se-á naquilo que parece ser uma questão mais simples: quão transparente é a ajuda ao desenvolvimento no setor das pescas? É essencial perguntar. A transparência permite que as pessoas tenham debates informados sobre a conceção dos programas de ajuda e garante que eles sejam bem executados. Ela ajuda a abordar preocupações de longa data sobre quem determina o objetivo da ajuda e se os seus benefícios devem fluir sobretudo para o provedor ou para o destinatário. Ela também fornece informações para refletir criticamente sobre os resultados, mesmo que as pessoas discordem sobre o que foram ou o que deveriam ter sido.

O resumo está dividido em duas partes. A primeira descreve como a transparência na ajuda ao desenvolvimento foi concebida e apresenta uma visão geral das várias iniciativas e ferramentas de transparência que foram desenvolvidas. Como será descrito adiante, as organizações de desenvolvimento têm dado prioridade ao reforço da transparência. Existe hoje um consenso geral sobre o que precisa ser tornado transparente e porquê, embora talvez ainda haja pouca clareza quanto ao modo de o conseguir. As mudanças na geopolítica da ajuda e a financeirização da economia global também estão a tornar mais difícil a melhoria da transparência. Este enquadramento é essencial para a segunda parte do documento, que irá considerar alguns dos principais desafios na melhoria da transparência da ajuda à pesca, incluindo questões de contabilidade nacional, trazendo transparência ao domínio da ajuda filantrópica, bem como ao mundo cada vez mais complexo da ajuda mista e dos instrumentos financeiros inovadores, tais como trocas de dívida por conservação do oceano (*debts-for-ocean*) e obrigações azuis (*blue bonds*).



1 Leal, D. ed. (2010), '[Political Economy of Natural Resource Use: Lessons for Fisheries Reform](#)', elaborado para o Programa Global sobre Pesca (PROFISH), Departamento de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Grupo Banco Mundial.

Parte I: Esforços internacionais para a transparência no financiamento do desenvolvimento – de Paris a Adis Abeba

Para uma introdução à transparência e à cooperação internacional para o desenvolvimento, é essencial começar por compreender a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Trata-se de um conceito criado pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), um clube exclusivo de países industrializados criado na década de 1960, que conta atualmente com 32 membros. A APD sempre foi uma medida estatística que distingue as transferências financeiras mais caritativas ou generosas das que não o são. A importância dessa medida foi reforçada em 1970, quando os membros do CAD concordaram em alocar 0,7% do seu Rendimento Nacional Bruto para a APD. Apenas alguns membros do CAD cumpriram essa meta. Os EUA rejeitaram completamente essa meta, reduzindo seus gastos com APD em mais de 80%. Enquanto isso, vários outros doadores bilaterais proeminentes, incluindo o Reino Unido, a Alemanha e a França, também cortaram severamente os gastos com ajuda em 2025.

Para garantir a transparência no cumprimento da meta de 0,7%, o CAD concordou em comunicar as transferências anuais de APD à OCDE, que criou uma base de dados com esta informação, conhecida como Sistema de Comunicação de Credores (SCC). A informação é recolhida junto dos membros do CAD e dos bancos de desenvolvimento internacionais e regionais. Esta base de dados, lançada em 1967, contém informações sobre quais as organizações doadoras que prestam APD, quais os países e organizações que são os destinatários e qual o objetivo da APD. Desde o início, incluiu informações sobre a APD dos países e as despesas dos bancos de desenvolvimento e organizações multilaterais, incluindo agências da ONU. Isto cria dilemas estatísticos, uma vez que as despesas dos bancos de desenvolvimento e das organizações multilaterais incluem fundos fornecidos pelos países doadores, o que acarreta o risco de dupla contagem. Para tornar as coisas mais complexas, o CRS também permite que os doadores comuniquem transferências financeiras que não se enquadram na definição de APD, referidas como «Outros fluxos oficiais». Estas não contribuem para a meta de 0,7%, mas são incluídas como uma entrada separada no CRS.

O CRS foi digitalizado no início da década de 1990 e é acessível ao público. Contém informações que remontam a 1995. O processo de atualização é lento, à medida que a OCDE verifica as informações apresentadas pelos membros do CAD, o que significa que os dados podem ter até dois anos quando são divulgados ao público.

A APD abrange tanto subvenções como empréstimos. Os membros do CAD decidiram que os empréstimos deveriam ser incluídos na definição de APD, mas apenas aqueles que fossem mais favoráveis do que o esperado, com base em critérios estritamente comerciais. Formalmente, estes são designados por «empréstimos concessionais», embora muitos refiram-se a eles como empréstimos «suaves» em contraste com os empréstimos «duros». Determinar a fronteira entre um empréstimo duro e um empréstimo suave é precisamente onde o conceito de APD torna-se particularmente complexo e controverso.



Durante muito tempo, o CAD decidiu que os empréstimos só poderiam ser contabilizados como APD se pelo menos 25% do empréstimo fosse concedido com um desconto de pelo menos 10% e a taxa de juro cobrada fosse inferior à «taxa de mercado». Muitos críticos argumentaram que isso não é particularmente generoso. Além disso, as taxas de mercado são variáveis e diferem entre os países, levando a anomalias contabilísticas. Um empréstimo com uma determinada taxa de juro a um país constituiria APD, enquanto um empréstimo com a mesma taxa concedido a outro país poderia não o sê-lo. Os críticos também argumentaram que o grau de generosidade de um empréstimo deveria levar em consideração o custo dos empréstimos nos países desenvolvidos. À medida que as taxas de juro nos países desenvolvidos diminuem, os empréstimos em condições favoráveis aos países em desenvolvimento tornam-se crescentemente lucrativos para os credores. A definição de APD também incentivou os doadores a conceder mais empréstimos do que subvenções e a emprestar mais a países em desenvolvimento de rendimento mais elevado do que aos países de rendimento mais baixo.² A proporção da APD administrada como empréstimos em vez de subvenções mais do que duplicou entre o final da década de 1990 e o início da década de 2010.³

Houve várias alterações na fórmula do CAD para contabilizar os empréstimos da APD, incluindo uma revisão significativa em 2018. Esta última alteração fez com que os empréstimos da APD sejam agora reportados como «equivalentes a subvenções». Existem agora diferentes fórmulas para os empréstimos da APD com base nas classificações dos países e regras diferentes para os empréstimos aos governos em comparação com os do setor privado. É impossível resumir todas as alterações que ocorreram aqui e o que significa um empréstimo 'equivalente a subvenção'. No entanto, compreender a fórmula estatística que define a APD requer um conhecimento técnico considerável. Mesmo assim, muitos especialistas consideram os resultados desconcertantes e alguns afirmam que a medição estatística da APD é incoerente e enganosa, muito provavelmente exacerbando a generosidade dos doadores.⁴

Para além da questão controversa sobre a contabilização dos empréstimos, outro desafio tem sido determinar onde traçar a linha divisória entre as transferências de recursos destinadas a ajudar o desenvolvimento económico e o bem-estar dos países recetores e as despesas que contribuem para o efeito. Algumas das maiores críticas à APD incidem sobre a inclusão nos relatórios de APD dos países doadores de despesas associadas ao custo da educação de pessoas provenientes de países em desenvolvimento dos próprios países doadores, bem como os custos de processamento e acolhimento de imigrantes e requerentes de asilo. Além disso, há debates polarizados sobre as despesas dos doadores destinadas a beneficiar os interesses económicos dos próprios ou das suas empresas nacionais. Isto é por vezes chamado de «ajuda fantasma» ou «ajuda bumerangue». Este fato é relevante quando se considera a transparência na APD para setores como a pesca, particularmente para doadores com frotas de pesca de alto mar consideráveis, como a China, o Japão, a Espanha, a França e a Coreia do Sul. Uma questão levantada em alguma literatura sobre pesca é se essa ajuda é realmente direcionada ao desenvolvimento da pesca nos países beneficiários ou se é projetada para promover os interesses económicos da indústria pesqueira do doador.

- 2 Hynes, W. e Scott, S. (2014), [‘The evolution of Official Development Assistance: Achievements, Criticisms and a way forward’](#), OECD.
- 3 Eurodad (2014), [‘A matter of high interest: Assessing how loans are reported as development aid’](#).
- 4 Ver, por exemplo, Scott S. (2019), [‘A note on the current problems with ODA as a statistical measure’](#), Instituto Brookings.

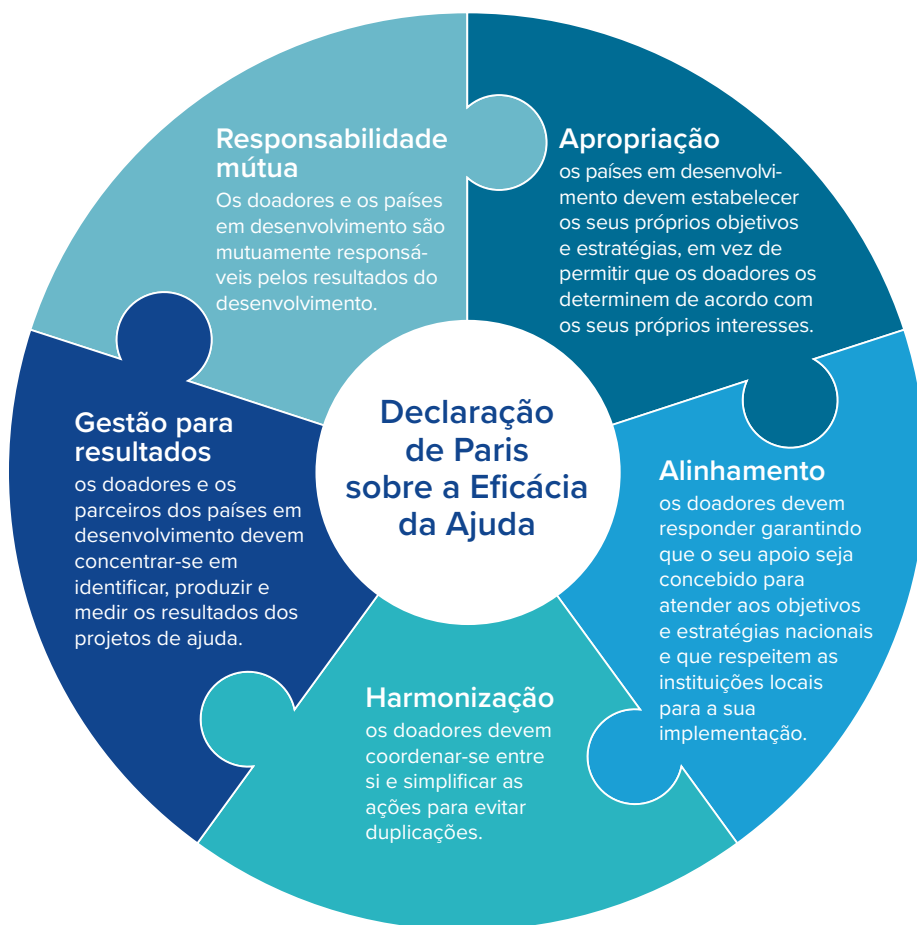


Transparência e a agenda da eficácia da ajuda

Durante várias décadas, a relação entre transparência e APD centrou-se principalmente na divulgação pública dos progressos realizados no sentido de atingir a meta de 0,7%. Mais tarde, à meta de 0,7% juntaram-se outros compromissos dos membros do CAD, incluindo compromissos ambientais decorrentes da primeira Cimeira da Terra, em 1992. Posteriormente, o CRS incluiu um campo de dados adicional que registava o montante da APD gasto em clima, biodiversidade e desertificação, coletivamente referido como «Marcadores do Rio». Mais recentemente, a estes marcadores do Rio juntaram-se os marcadores dos ODS. No entanto, com o passar do tempo, o discurso internacional sobre a transparência da ajuda evoluiu da responsabilização face às metas internacionais para a garantia de que a ajuda fosse mais eficaz e eficiente.

As normas internacionais para melhorar a eficácia da ajuda são geralmente atribuídas à reunião de Paris de 2005, que produziu a «**Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda**». Na altura, foi considerada inovadora, reconhecendo que as dificuldades nos resultados da ajuda internacional ao desenvolvimento eram partilhadas entre os doadores e os governos dos países recetores. A partir de então, os países em desenvolvimento passaram a ser definidos como «parceiros» em vez de «recetores».

A Declaração de Paris reconheceu várias críticas dirigidas aos países doadores: que a ajuda era frequentemente concebida para promover os interesses do país doador e dos seus setores empresariais, que, muitas vezes, os projetos de ajuda criavam instituições paralelas controladas pelos doadores nos países em desenvolvimento, o que prejudicava as instituições governamentais nacionais, e que os mecanismos de responsabilização sobre a forma como a ajuda era utilizada eram fracos. Como resultado, a Declaração de Paris estabeleceu cinco princípios fundamentais:



A Declaração de Paris estabeleceu 13 metas a serem cumpridas até 2010. Estas incluíam que pelo menos 75% dos países parceiros tivessem publicado estratégias de desenvolvimento abrangentes que permitissem aos doadores alcançar o alinhamento e a harmonização, que 85% dos fundos dos doadores fossem comunicados através dos canais fiduciários oficiais do país parceiro e que houvesse uma redução de 60% no número de «unidades de implementação paralelas», que são organizações não governamentais criadas por doadores em países parceiros e fora das agências governamentais nacionais. Foi também acordado que o número de parceiros com mecanismos para compilar e comunicar os resultados dos programas de ajuda nos seus países — o que é comumente conhecido como Sistemas de Informação de Gestão da Ajuda — aumentaria em um terço. Além disso, todos os países parceiros participariam em avaliações mútuas com os doadores sobre os resultados da despesa com a ajuda.

A Declaração de Paris ampliou o conceito de transparência da ajuda. O quadro de transparência deixou de se centrar exclusivamente nos relatórios financeiros dos doadores. Foi alargado para incluir a transparência dos parceiros sobre os seus objetivos e estratégias nacionais, bem como a comunicação dos resultados dos programas de ajuda. Assim, a Declaração de Paris refletiu uma visão mais abrangente da transparência ao longo de todo o ciclo de gestão da ajuda e fez avançar o debate sobre *quais* as informações que devem ser tornadas mais transparentes, *porquê* e *para quem*.

Em 2008, os princípios e metas da Declaração de Paris foram revistos e atualizados numa reunião em Acra, no Gana, que resultou na «Agenda de Ação de Acra». Este evento contou com uma maior participação dos governos dos países em desenvolvimento e das organizações da sociedade civil do Sul. Os debates centraram-se nos progressos limitados no cumprimento das metas de Paris e na necessidade de a agenda da eficácia da ajuda fazer mais para incluir os beneficiários da ajuda. Isto incluiu o reconhecimento dos cidadãos e do setor privado nos países parceiros como parte do conceito de apropriação (não apenas os governos) e a garantia de que as organizações da sociedade civil estão mais eficazmente integradas nos sistemas de responsabilização.

Uma análise dos progressos alcançados com a Declaração de Paris, realizada pela OCDE, também destacou o agravamento dos problemas de proliferação de doadores, a falta de coordenação entre doadores e a imprevisibilidade da ajuda, que estavam a causar grandes dificuldades no planeamento dos países parceiros. Consequentemente, a Agenda de Ação de Acra levou os debates sobre transparência ainda mais além do que em Paris. Para fazer face à imprevisibilidade dos fluxos de ajuda, foi acordado que os doadores deveriam comprometer-se a relatar os desembolsos futuros de ajuda. Além disso, os documentos estratégicos nacionais sobre as necessidades dos países deveriam ser complementados por relatórios dos grupos de coordenação de doadores sobre a harmonização.



A reunião no Gana também trouxe maior foco sobre como a transparência pode ser alcançada. Isso levou ao lançamento da Iniciativa Internacional para a Transparência da Ajuda (IATI), liderada pelo governo do Reino Unido e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Antes da reunião em Acra, foi criada uma nova organização da sociedade civil chamada *Publish What You Fund*. Isso contribuiu para a conceção de um Padrão IATI e, posteriormente, de um índice para medir o seu progresso.

A IATI tinha como objetivo principal melhorar os portais de dados online dos doadores para incluir informações mais abrangentes e oportunas. Também estabeleceu uma base de dados global sobre financiamento do desenvolvimento, concebida para complementar o CRS da OCDE com informações mais abrangentes direcionadas às necessidades dos países em desenvolvimento. Esta ferramenta de transparência, conhecida como D-Portal, entrou em funcionamento em 2016. Ao contrário do CRS, as informações no D-Portal são adicionadas assim que os doadores as tiverem, pelo que, em teoria, é uma ferramenta mais eficaz para acompanhar as despesas com a ajuda.

International Aid Transparency Initiative

IATI is a global initiative to improve the transparency of development and humanitarian resources and their results to address poverty and crises.

Getting started

- Explore our data**
Understand the ways you can access IATI data, what information you can find and the benefits of using it.
[EXPLORE IATI DATA](#)
- Our publishing guide**
Find out how to publish data to the IATI Standard and improve your data by using our publishing guidance.
[GET STARTED](#)
- Discover the Standard**
View IATI reference pages that contain the rules and technical framework for publishing and interpreting IATI data.
[FIND OUT MORE](#)

Da ajuda ao desenvolvimento ao financiamento do desenvolvimento

As reuniões em Paris e no Gana produziram um consenso internacional sobre que informações deveriam ser transparentes e de que forma. Também impulsionaram discussões sobre a necessidade de alargar os tipos de fluxos financeiros que deveriam estar sujeitos à transparência, para além do foco tradicional na APD. Este tornou-se um tema central nas reuniões de alto nível subsequentes sobre ajuda ao desenvolvimento, incluindo, de forma mais significativas a «Parceria de Busan para a Cooperação Eficaz ao Desenvolvimento» em 2011 e a «Agenda de Ação de Adis Abeba» em 2015, que coincidiu com o lançamento dos ODS. Esta nova abordagem da cooperação para o desenvolvimento foi influenciada por várias mudanças na geopolítica da ajuda.

Uma delas foi o surgimento da chamada cooperação Sul-Sul, particularmente na dimensão da assistência financeira e técnica prestada pelos países BRIC aos países em desenvolvimento (Brasil, Rússia, Índia e China). Entre eles, destaca-se a China, que em 2011 se tornou o maior doador bilateral para muitos países em desenvolvimento, atingindo paridade com o Banco Mundial na África. Portanto, foi acordado em fóruns internacionais que a transparência também era necessária para essas transferências. A partir de 2009, os países não membros do CAD foram convidados a aderir ao CRS e, em 2015, 20 países tinham aderido, incluindo Turquia, Tailândia, Kuwait, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Os esforços para incluir os BRIC fracassaram.

Um segundo desenvolvimento foi o aumento das fundações filantrópicas. Durante a década de 2000, refletindo a extraordinária concentração de riqueza privada em várias partes do mundo, as fundações filantrópicas cresceram substancialmente e muitas começaram a distribuir ajuda em uma escala que rivalizava com muitos grandes doadores bilaterais. O CAD, portanto, estendeu o convite às fundações filantrópicas para que também reportassem ao CRS, sendo que 41 delas reportam agora regularmente. Algumas fundações filantrópicas também aderiram à IATI.

Um terceiro desenvolvimento foi o crescimento dos fluxos financeiros privados para o desenvolvimento, que constitui a mudança mais crucial na forma como a ajuda ao desenvolvimento passou a ser concebida, ao mesmo tempo que tornou mais complexos os esforços de transparência. No final da década de 2000, com os ODM largamente por cumprir, os doadores bilaterais e multilaterais argumentaram que as necessidades dos países em desenvolvimento não podiam ser satisfeitas através da ajuda ao desenvolvimento tradicional. A austeridade que se seguiu ao colapso financeiro global contribuiu para essa visão, dados os cortes na ajuda ao desenvolvimento feitos por muitos doadores ocidentais, que, entretanto, se aceleraram. A importância de aumentar o financiamento privado também foi apresentada como um meio para os países em desenvolvimento escaparem da dependência da ajuda. o aumento do financiamento privado tornou-se, portanto, não apenas uma necessidade, mas igualmente considerado por muitos doadores como preferível para o desenvolvimento a longo prazo dos países do Sul.



Os doadores multilaterais e bilaterais desenvolveram inúmeras estratégias para estimular o financiamento privado para o desenvolvimento sustentável. Um conceito-chave aqui é o *financiamento misto*, em que os gastos oficiais com programas de APD são usados para estimular o investimento comercial. A combinação da APD também está intimamente ligada ao conceito de parcerias público-privadas. No entanto, existe uma lista extensa de estratégias que os doadores utilizam para mobilizar financiamento privado, e a definição de ajuda mista tornou-se alvo de controvérsias. Isto inclui credores bilaterais e multilaterais que fornecem garantias de crédito e mecanismos de redução de risco que apoiam os governos dos países em desenvolvimento a angariar fundos nos mercados de capitais ou a reduzir riscos (ou a aumentar o retorno) para os credores do setor privado. O financiamento misto também tem sido interpretado como abrangendo qualquer assistência técnica aos países em desenvolvimento para mobilizarem financiamento privado por si próprios.

Embora os doadores tenham promovido a ajuda mista para aumentar o fluxo geral de financiamento privado para o desenvolvimento, o mercado dos chamados investimentos ambientais, sociais e de governação (ESG) por parte de empresas e instituições financeiras privadas também serviu como outro estímulo. Este mercado também ganhou impulso após a crise financeira de 2008 e criou um panorama complexo e em rápida transformação de instrumentos financeiros concebidos para canalizar o capital do setor privado para despesas ambientais e sociais positivos. Por vezes, isto é referido como *impact investing* (investimento de impacto). Os países em desenvolvimento têm sido encorajados a angariar fundos adicionais através deste mercado crescente de investimento de impacto ESG, que se tornou uma área de concentração do financiamento combinado. Aliás, tornou-se uma característica fundamental das estratégias de crescimento azul para os países em desenvolvimento, tal como explicado pelo Banco Mundial em relação a África:

« A implementação plena de uma abordagem de Economia Azul em África e a resposta à crise oceânica, que inclui as alterações climáticas, exigem o aumento dos recursos financeiros disponíveis. Este aumento exigirá a promoção do investimento privado sustentável, a criação de um ambiente propício para os investidores e o aproveitamento da ajuda pública ao desenvolvimento e dos produtos de garantia para reduzir o risco para o setor privado investir nos setores de maior risco da Economia Azul.⁵ »



5 Grupo Banco Mundial (2022), [‘Operational Brief – Blue Economy for Resilient Africa Program’](#).

ODA: TOSSD de lado?

Perante este panorama em transformação dos fluxos financeiros internacionais para o desenvolvimento, no final da década de 2000, os membros do CAD começaram a discutir novas estratégias de contabilização para além da APD. Assim, o CAD criou um Grupo de Trabalho em 2014 para criar uma nova plataforma estatística e de reporte denominada “Apoio Oficial Total para o Desenvolvimento Sustentável” (TOSSD). Esta foi aprovada na Agenda de Ação de Adis Abeba de 2015, tendo ficado o acordo de que se deveria prosseguir com o trabalho de “modernização das estatísticas da APD”.

Consequentemente, o interesse que emergiu de Adis Abeba já não incidia sobre a «ajuda ao desenvolvimento» do Norte para o Sul, mas sim sobre o «financiamento do desenvolvimento» proveniente de múltiplas direções. A formulação dos ODS também refletiu esta nova conceptualização. Enquanto os ODM centravam-se no aumento do fluxo de APD dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, a meta 17.3 dos ODS é mais ampla e exige esforços internacionais para «*mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes*».

Em 2017, o CAD criou um grupo de trabalho para definir e medir o TOSSD. O grupo de trabalho também concebeu um painel público como ferramenta de transparência. Em 2024, o grupo de trabalho foi transformado num Fórum Internacional, o órgão atualmente responsável pela tomada de decisões. Contrariamente ao CAD, o Fórum TOSSD inclui países em desenvolvimento entre os seus membros, sendo os seus atuais copresidentes da União Europeia e da África do Sul. A OCDE acolhe o Secretariado. Por conseguinte, o TOSSD tem a imagem de ser mais inclusivo para os países do Sul do que o CAD. No entanto, continua a ser visto por muitas organizações do Sul como sendo liderado pelos membros do CAD e pela OCDE. Por isso, os países BRIC não têm participado.

O painel TOSSD (TOSSD Dashboard) foi lançado em 2019. As informações fornecidas pelos seus participantes estão organizadas em três categorias principais:

Pilar 1: Financiamento transfronteiriço concedido a países em desenvolvimento, incluindo APD e outros fluxos financeiros. Estas informações excluem a APD gasta nos países doadores. Baseia-se também numa fórmula diferente para a comunicação da APD através do CRS, com uma interpretação mais restritiva dos empréstimos *soft* (em condições favoráveis).

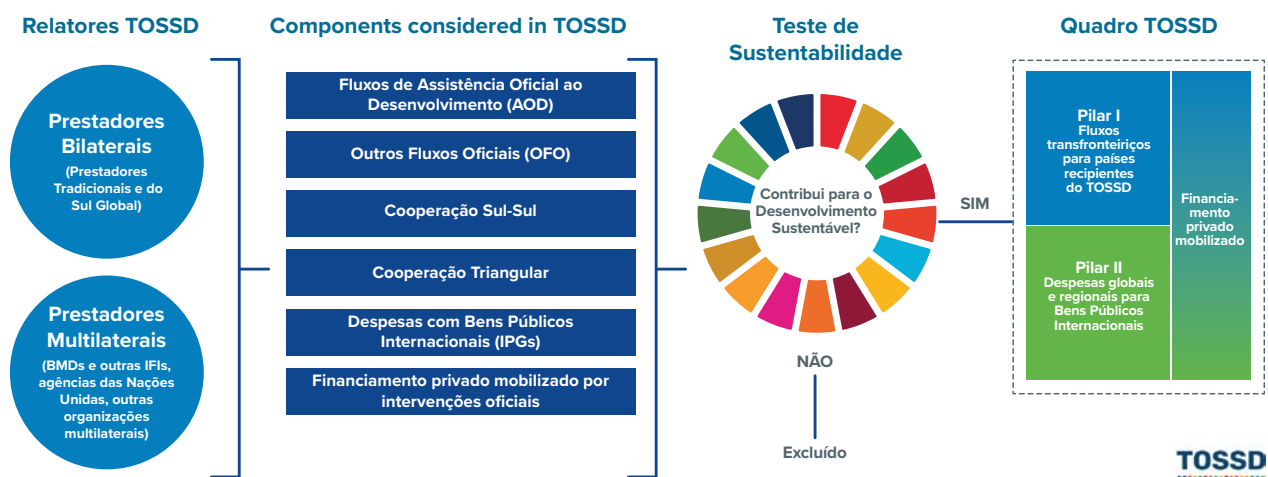
Pilar 2: Financiamento oficial destinado a Bens Públicos internacionais (*International Public Goods*). Como os ODS são considerados metas globais, estas informações incluem todas as despesas oficiais com bens públicos internacionais, definidos como bens que proporcionam benefícios não exclusivos e disponíveis para consumo por todos em pelo menos dois países. Isso inclui, por exemplo, despesas com a redução das emissões de gases de efeito estufa e da poluição dos oceanos. Abrange igualmente despesas com a gestão de recursos pesqueiros compartilhados.

Financiamento privado: trata-se de financiamento para cumprir os ODS mobilizado do setor privado por meio de esforços oficiais, ou seja, por todos os governos e doadores multilaterais.



A ambição do painel TOSSD é fornecer um recurso de acesso público que permita aos utilizadores aceder a informações detalhadas sobre fluxos financeiros, ajudando-os assim a cumprir as metas dos ODS. Distingue-se do CRS na medida em que os dados são apresentados principalmente aos destinatários do TOSSD e não para aos doadores de APD.

Quadro de Medição dos Recursos de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável nos Países em Desenvolvimento



O mecanismo para carregar dados no painel TOSSD é complexo. Os participantes fornecem informações através de um inquérito personalizado, semelhante ao CRS. No entanto, o Secretariado também preenche lacunas recolhendo dados de outras fontes para organizações que não partilham ativamente dados, incluindo o Banco Mundial. Ao contrário do CRS, ainda não existe um sistema para verificar os dados. Além disso, ao contrário do CRS, as informações podem ser contribuídas para o TOSSD tanto por prestadores como por destinatários de ajuda.

O TOSSD representa, portanto, um esforço extremamente ambicioso para captar informações sobre os fluxos financeiros internacionais para o desenvolvimento. Pretende ser a principal fonte de dados para acompanhar o desempenho dos ODD () e o principal mecanismo para acompanhar o financiamento de outros acordos globais, incluindo os relativos à biodiversidade e ao clima. No entanto, a lista de críticas que lhe são apontadas é extensa. Os críticos argumentam que o TOSSD cria um quadro confuso que pode desviar a atenção do fracasso dos doadores em cumprir as promessas de ajuda internacional.⁶ A APD, como medida estatística, já é altamente técnica e confusa, enquanto a métrica TOSSD o é ainda mais. Existem também preocupações quanto à fiabilidade dos dados e à possibilidade de inclusão de um volume considerável de financiamento com ligações ténues à concretização dos ODS. O Fórum Internacional TOSSD debate continuamente estas questões, e o Secretariado está a atualizar as normas de comunicação de dados e as definições dos termos-chave.

6 Oxfam (2021) [‘Total Official Support for Sustainable Development \(TOSSD\): Game changer or mirage?’](#).

Apesar dos seus desafios consideráveis, o TOSSD está a ganhar dinamismo e é cada vez mais utilizado pelos profissionais do desenvolvimento internacional. Também está a ser adotado por doadores, juntando-se os relatórios nacionais e regionais de APD à métrica do TOSSD. A UE, por exemplo, tem um portal web chamado «*EU Aid Explorer*».⁷ Neste portal, existe uma ligação para uma base de dados pesquisável de informações sobre a APD, juntamente com uma base de dados pesquisável de dados TOSSD. Espera-se que todas as organizações participantes no TOSSD, incluindo os membros do CAD, lancem em breve bases de dados nacionais semelhantes sobre as suas contribuições para o TOSSD.

Em resumo, a origem da transparência nos esforços de desenvolvimento internacional centrou-se principalmente na contabilização do fluxo de transferências financeiras concessionais de doadores multilaterais e bilaterais de países desenvolvidos proeminentes para países em desenvolvimento, definido como APD. O objetivo original era monitorizar o progresso da promessa de 0,7%. A métrica da APD continua a ser contestada e complexa, e é mal compreendida pela maioria das pessoas, incluindo especialistas em ajuda ao desenvolvimento. No entanto, a agenda da eficácia da ajuda, que ganhou ritmo no início dos anos 2000, alargou o âmbito da transparência com maior ênfase no acesso público a uma série de informações sobre o ciclo de gestão da ajuda, com a ambição de melhorar a eficiência e os resultados dos programas de ajuda.

As mudanças geopolíticas e ideológicas no final dos anos 2000 levaram a profundas mudanças no panorama da ajuda. A partir de então, o foco da transparência deixou de ser apenas a APD dos membros do CAD, passando a abranger um conjunto mais amplo de transações financeiras, incluindo as de fontes filantrópicas e comerciais e a cooperação Sul-Sul. A nova era da ajuda também é muito mais complexa, especialmente devido à mudança para a combinação de ajuda e ao aumento do investimento de impacto. A medição da APD continua a ser essencial, mas é amplamente considerada inadequada, especialmente para monitorizar os esforços para alcançar os ODS.

Estas transformações refletem-se em ferramentas internacionais de transparência proeminentes. O CRS, publicado desde meados da década de 1990, foi ampliado para incluir informações de um número crescente de doadores oficiais e privados. A IATI foi introduzida para melhorar a velocidade e a qualidade dos relatórios de dados dos doadores nos seus sites e também criou uma nova base de dados global, o D-Portal, que complementa o CRS com informações mais detalhadas sobre projetos de ajuda. A modernização da métrica da APD levou ao lançamento do painel TOSSD. Este inclui os fluxos da APD, mas como parte de uma base de dados mais abrangente sobre os fluxos financeiros do setor privado e entre os países do Sul, bem como as despesas com bens públicos internacionais. A métrica TOSSD está agora a ser implementada a nível regional e nacional, aumentando e possivelmente ofuscando os relatórios sobre a APD tradicional.



7 Ver [EU Aid Explorer](#).

Parte II: Transparência e financiamento do desenvolvimento da pesca marinha

Tendo em conta o que foi abordado na primeira parte deste documento, é evidente que será difícil responder à questão sobre o quão transparente é o financiamento do desenvolvimento no setor das pescas. Existem vários tipos de financiamento do desenvolvimento e um número extraordinário de organizações envolvidas, incluindo agências doadoras bilaterais, bancos de desenvolvimento, organizações multilaterais, organizações filantrópicas e investidores privados. Muitas dimensões do setor do financiamento do desenvolvimento exigem transparência. O Índice de Transparência da Ajuda utiliza 40 critérios para avaliar as organizações doadoras, incluindo planeamento, relatórios financeiros, implementação de projetos e avaliações. O tema da transparência na prestação de ajuda ao desenvolvimento tornou-se altamente especializado e detalhado, da mesma forma que a questão da transparência no setor das pescas se torna cada vez mais abrangente à medida que é explorada.

Este tBrief não pode cobrir tudo. Em vez disso, a secção seguinte irá considerar cinco grandes desafios na transparência do financiamento do desenvolvimento das pescas.

1

Desafio 1:

Relatórios limitados dos países do Sul

2

Desafio 2:

As ferramentas internacionais de transparência são confusas e inacessíveis

3

Desafio 3:

Acompanhamento da ajuda filantrópica

4

Desafio 4:

A complexidade e opacidade do financiamento privado

5

Desafio 5:

Compreender o objetivo e o impacto do financiamento do desenvolvimento no setor das pescas

1 Desafio 1: Relatórios limitados dos países do Sul

Os esforços internacionais para melhorar a transparência na ajuda ao desenvolvimento parecem ter-se centrado mais nas práticas dos doadores do que nas dos governos dos países beneficiários. No entanto, na sequência do Acordo de Paris, foi feito um esforço concertado para expandir os Sistemas de Informação de Gestão da Ajuda nos países em desenvolvimento. Estas bases de dados centralizadas, geralmente geridas pelo Ministério das Finanças, compilam dados sobre todos os fluxos de ajuda. Houve também um esforço para garantir que as transferências de APD fossem registadas no orçamento oficial e nos relatórios de contas do governo.

No geral, esses esforços têm sido decepcionantes. Uma pesquisa realizada pela London School of Economics em 2017 sobre os AIMS em países em desenvolvimento concluiu que 75 países os implementaram desde o Acordo de Paris.⁸ No entanto, em 32 casos a base de dados dos AIMS já não existia e não podia ser encontrada online. Em 27 casos, os AIMS estavam online, mas as informações não eram atualizadas há muito tempo. Apenas em 12 países foram encontradas evidências de que os AIMS estavam a ser publicados e atualizados regularmente e, mesmo assim, a pesquisa levantou dúvidas sobre até que ponto essas bases de dados forneciam informações completas e confiáveis. É difícil saber por que razão os AIMS não descolaram, embora se saiba que a sua manutenção é dispendiosa e que geralmente a sua configuração e administração é terceirizada a empresas privadas.

A IATI também monitorizou a utilização dos AIMS pelos países em desenvolvimento e forneceu uma lista dos países que os utilizam.⁹ Esta lista não avalia se estão atualizados, mas 57 países constam dela e em mais de metade deles, os AIMS são confidenciais. Também foram realizadas pesquisas mais aprofundadas sobre como os países gerem os seus AIMS. Um estudo de 2024 no Quênia identificou seis sistemas de contabilidade governamental que compilam dados sobre a ajuda. Apenas um deles é acessível ao público. No entanto, os dados que contém são inconsistentes com os dados encontrados nos outros. Consequentemente:

« O panorama da gestão da ajuda no Quênia é fragmentado e desarticulado em termos de dados relacionados com a ajuda. Atualmente, não existe um sistema único e abrangente que centralize e integre todos os dados de gestão da ajuda. Esta fragmentação resulta em silos de dados espalhados por vários departamentos governamentais, ministérios e parceiros de desenvolvimento, tornando difícil ter uma visão holística dos fluxos de ajuda, do progresso dos projetos e dos resultados.¹⁰ »

- 8 Park, K. R. (2017), '[An analysis of Aid Information Management Systems \(AIMS\) in developing countries: explaining the last two decades](#)', em: Conferência Internacional do Havai sobre Ciências dos Sistemas.
- 9 Ver a página web da [IATI](#) sobre este assunto.
- 10 Kolonzo, C. (2024), '[Kenya's aid management: the data landscape](#)', Development Initiatives.



A investigação da FiTI sobre a transparência nas pescas de países selecionados (*avaliações TAKING STOCK*) confirma esta visão. Em 11 dos 13 países em desenvolvimento avaliados, não foi possível encontrar informações completas sobre projetos de ajuda ao setor das pescas nos sites do governo. Em vários casos, a agência governamental responsável pela gestão das pescas publica informações parciais sobre projetos de ajuda de grande visibilidade, como os do Banco Mundial, mas omite informações sobre outros. As informações sobre projetos de ajuda são limitadas; normalmente, não há links para documentos ou avaliações dos projetos.

Para compreender os desafios dos relatórios governamentais sobre o financiamento do desenvolvimento destinado à pesca e à conservação marinha, é essencial reconhecer que muitos projetos financiados por fundos estrangeiros podem não envolver diretamente agências governamentais na gestão financeira ou na implementação do projeto. Grande parte do financiamento do desenvolvimento contorna os governos nacionais e é direcionada para agências estrangeiras, ONGs e ao setor privado. A OCDE relata que uma quantidade crescente de APD de doadores tradicionais é gerida desta forma, representando cerca de 15 a 20% de todas as transferências de APD.¹¹ O financiamento ao desenvolvimento proveniente de doações filantrópicas parece ser predominantemente direcionado a atores não estatais (ver abaixo), tal como muitos projetos financiados através de ajuda mista. Além disso, um número considerável de projetos de ajuda a setores como a pesca provém de programas regionais geridos por organizações intergovernamentais. Como resultado, as agências governamentais nacionais podem ter acesso limitado a informações sobre uma parte substancial do financiamento ao desenvolvimento e não ter um mandato claro para as recolher e publicar.



- 11 OECD (2023), '[Funding civil society in partner countries: Toolkit for implementing the DAC Recommendation on Enabling Civil Society in Development Co-operation and Humanitarian Assistance](#)', Melhores práticas na cooperação para o desenvolvimento, Publicações da OCDE.



2 Desafio 2: As ferramentas internacionais de transparência são confusas e inacessíveis

Uma estratégia fundamental para alcançar a transparência no financiamento do desenvolvimento tem sido a criação de bases de dados internacionais públicas que documentam projetos e despesas individuais. Além de responsabilizar os doadores pelo cumprimento de vários compromissos internacionais, estas bases de dados fornecem informações vitais para compreender várias tendências no financiamento do desenvolvimento, tais como para onde vai o dinheiro e de onde provém. Elas tornaram-se essenciais para os debates políticos internacionais. Por exemplo, um estudo de 2018 baseado em dados do CRS revelou que a pesca marinha recebeu uma parcela cada vez menor da ajuda internacional ao desenvolvimento, sugerindo que o setor pesqueiro foi marginalizado nos esforços globais para cumprir os ODS. Devido à falta de relatórios por parte dos governos dos países em desenvolvimento, estas bases de dados internacionais são provavelmente a principal fonte para localizar informações sobre projetos a nível nacional.

Entretanto, entre os profissionais da ajuda humanitária, consolidou-se um consenso em como as bases de dados internacionais de ajuda são complicadas de usar e compreender, havendo uma confusão considerável sobre como os dados podem ser comparados entre diferentes plataformas. Uma conclusão preocupante é que os cidadãos e as ONG dos países em desenvolvimento têm um conhecimento muito limitado sobre estas bases de dados, que são utilizadas apenas por um pequeno número de especialistas e ONG especializadas. Estes problemas tornam-se particularmente evidentes quando se analisa o financiamento ao desenvolvimento das pescas. O que é surpreendente é que a análise dos dados sobre a pesca do CRS, D-Portal e TOSSD não conduz a uma leitura única do mundo, mas sim resultados contrastantes que é difíceis de compatibilizar. Cada uma delas apresenta uma realidade distinta.

ODA para as pescas, de acordo com o CRS

Os doadores que contribuem com informações para o CRS da OCDE devem fornecer informações detalhadas sobre o montante assumidos para despesas, o montante desembolsado e uma descrição da finalidade. No que diz respeito à finalidade temática dos projetos de APD, os doadores têm muitas áreas à sua escolha. As pescas são uma subcategoria dos «setores de produção», dividida em apoio à agricultura, silvicultura e pescas. Se isolarmos todos os programas de APD atribuídos ao setor das pescas nos últimos dez anos (ver anexo, quadro 1), os desembolsos totais da APD oscilaram entre 250 e 650 milhões de dólares americanos. 2017 foi um ano excepcional para a APD para as pescas, com compromissos que ultrapassaram mil milhões de dólares americanos.

É essencial distinguir entre compromissos e desembolsos ao acompanhar as informações sobre a APD do CRS. Durante alguns anos, incluindo 2022, até metade dos fundos comprometidos não se materializou. Noutros anos, como 2021, foram desembolsados mais fundos do que os comprometidos. A APD para a pesca também é predominantemente composta por subvenções, embora os empréstimos representem cerca de um terço dos compromissos e desembolsos em alguns anos.



- 12 Blasiak, R. and Wabnitz, C. C. C. (2018), '[Aligning fisheries aid with international development targets and goals](#)', Política Marinha, Volume 88.
- 13 Glennie, J. et al. (2021), '[Evaluating Aid Transparency](#)', Oxford Policy Management.



No entanto, se incluirmos «outros fluxos oficiais», o montante dos empréstimos ao setor das pescas é mais substancial, atingindo pelo menos 50% do total das transferências financeiras em alguns anos. O CRS não divulga os termos dos contratos de empréstimo, tais como as taxas de juro cobradas, os períodos de carência e a data em que os empréstimos devem ser reembolsados.

Infelizmente, estes totais são incompletos se quisermos compreender as tendências da APD concedida pelos membros do CAD para a pesca marinha. Destacam-se duas questões:

- A categoria de pesca do CAD inclui a APD para programas de pesca interior e aquacultura. Não há filtros que permitam isolar a APD para a pesca marinha de captura selvagem no CRS. Seria possível identificar projetos apenas para a pesca marinha se fossem fornecidos registos completos sobre o objetivo dos projetos de APD. No entanto, muitos doadores não fornecem essas informações.
- Os doadores só podem escolher uma categoria para definir os seus projetos de ajuda. No entanto, a pesca pode ser uma componente de um projeto de ajuda com um objetivo mais abrangente para o desenvolvimento agrícola, a segurança alimentar ou a conservação ambiental. A pesca ilegal é também um tema abrangido pelo código setorial da OCDE para programas de doadores que abordam o crime organizado transnacional. Por conseguinte, muitos projetos de ajuda que apoiam o desenvolvimento ou a gestão das pescas não serão encontrados na base de dados da OCDE utilizando o filtro «pescas».

Quem financia o quê e onde?

De acordo com o CRS, o Banco Mundial é o maior doador individual no setor das pescas. O Japão é, de longe, o maior doador bilateral (ver anexo, quadro 2). Durante alguns anos (como em 2019), o Japão prestou mais ajuda ao setor das pescas do que todos os outros doadores combinados e o dobro da União Europeia e das Nações Unidas. Em 2018, o Japão gastou mais do que todos os outros doadores, incluindo o Banco Mundial. A Noruega também presta mais APD ao setor das pescas do que a FAO ou a UE. Os Estados Unidos eram o maior doador bilateral do mundo, mas não aparecem na lista dos 12 principais países doadores. Eles estão entre os últimos doadores do CAD nesta área, fornecendo menos de US\$ 2 milhões para projetos de pesca entre 2018 e 2022. Claramente, os EUA não priorizaram a pesca no apoio ao desenvolvimento, mesmo antes da decisão de encerrar a USAID.

Os dados do CRS mostram a distribuição da APD por região e país (ver Anexo, Tabela 3). África é, de longe, o maior destinatário da APD para a pesca, e a maior parte desta é direcionada para países da África Subariana. O que talvez seja digno de nota é que os países da região da Oceânia também recebem volumes significativos de APD, quase quatro vezes mais do que os países das Caraíbas e da América Central juntos.

Os dados do CRS também permitem uma repartição dos principais beneficiários da APD (ver Anexo, Tabela 4). Pode ser surpreendente que o Quênia esteja no topo desta lista, dado que não é classificado como um país menos desenvolvido e que o seu setor das pescas é relativamente pequeno em comparação com o de outros países em desenvolvimento, tanto em termos do número de pessoas envolvidas como da quantidade de produção pesqueira. Ele lidera a lista devido a um programa do Banco Mundial de US\$ 100 milhões lançado em 2019, conhecido como Projeto de Pesca Marinha e Desenvolvimento Socioeconómico.



APD para as pescas, de acordo com o D-Portal

O D-Portal fornecido pela IATI segue os mesmos códigos setoriais utilizados pelo CRS. No entanto, apresenta os dados de forma diferente do CRS, o que torna as comparações algo difíceis. Ao contrário do CRS, não fornece informações sobre os montantes comprometidos, mas apenas o que é reportado como gasto. Contudo, os seus dados são publicados mais rapidamente do que o CRS, pelo que tem disponível dados referente a 2023/2024. O D-Portal também apresenta os fundos comprometidos para os anos futuros. Como fornece informações mais atualizadas, tem maior utilidade para quem procura informações sobre projetos de APD atuais e em curso do que o CRS.

A pesquisa de todos os projetos direcionados para as pescas entre 2018 e 2022 apresenta 1462 programas de ajuda distintos de 60 doadores. O valor total destes projetos é semelhante ao montante reportado no CRS (ver anexo, quadro 5). Em 2022, por exemplo, as despesas totais comunicadas em projetos de pesca ascenderam a pouco mais de 468 milhões de dólares americanos, em comparação com os 431 milhões de dólares americanos comunicados através do CRS. O montante mais elevado comunicado no D-Portal pode ser explicado pelo facto de ser mais utilizado pelos doadores do que o CRS. No entanto, uma análise mais aprofundada dos dados revela discrepâncias consideráveis entre as duas bases de dados.

Os dados do CRS são fornecidos apenas para países considerados elegíveis para APD pelo CAD. O D-Portal não segue esta categorização e inclui na sua base de dados países que não são elegíveis para APD. Isto inclui, por exemplo, as Seicheles e Barbados. O D-Portal, portanto, inclui fluxos financeiros que não são APD, se seguirmos a definição do CAD.

No que diz respeito ao destino da ajuda ao desenvolvimento para o setor das pescas, o D-Portal lista projetos apenas por país beneficiário. Não lista projetos regionais, como o CRS. Se analisarmos os dados apresentados no D-Portal da perspetiva dos beneficiários, apenas metade da ajuda total é visível: cerca de 231 milhões de dólares americanos em 2022, em torno de 50% do total gasto pelos doadores nesse ano. A outra metade do total pode ser encontrada ao analisar os dados dos doadores, uma vez que não se trata de ajuda direcionada a um país, mas a programas regionais. Infelizmente, o D-Portal não oferece uma função de pesquisa para esses programas regionais. Isso significa que, se alguém quiser encontrar uma lista de projetos de ajuda em um país específico através do D-Portal, provavelmente não encontrará informações sobre projetos regionais dos quais o país faz parte.

Analisar os dados do D-Portal numa perspetiva nacional também revela um quadro muito diferente do CRS. De acordo com o D-Portal, o principal beneficiário da ajuda à pesca entre 2018 e 2022 são as Filipinas, com 459 milhões de dólares, em comparação com os 15,9 milhões de dólares reportados no CRS. No entanto, o estatuto das Filipinas como principal beneficiário da ajuda no D-Portal deve-se ao «Projeto de Desenvolvimento Rural das Filipinas» do Banco Mundial. Este não está listado no CRS como APD porque o empréstimo não cumpre os critérios para um empréstimo concessional; é reportado como «outros fluxos oficiais». Mas no D-Portal, a pesquisa por projetos apresenta todos os projetos relatados pelos doadores, independentemente de cumprirem a definição de APD. No entanto, também existem projetos encontrados no D-Portal que não constam no CRS e vice-versa, pelo que as diferenças não se devem simplesmente à forma como a APD é definida.

A dimensão destas discrepâncias torna-se evidente quando se analisam os dados dos principais doadores (ver Anexo, Tabela 6). De acordo com o D-Portal, o Banco Mundial continua a ser o principal doador, seguido pela FAO. Entre os principais doadores bilaterais, o Japão ocupa uma posição muito inferior na lista. O Japão reporta projetos de ajuda à IATI, mas, por razões pouco claras, reportou ter fornecido apenas 2,6 milhões de dólares americanos em 2021 e nada em 2022 para os seus projetos de pesca. De acordo com o D-Portal, nos últimos anos, os EUA deixaram de ser um dos países que menos apoiam o setor das pescas, tornando-se o quinto maior doador, com um contributo superior ao da Suécia e da França combinadas.

Tendências globais, de acordo com o TOSSD

Devemos esperar que dados diferentes sobre o financiamento do desenvolvimento da pesca sejam fornecidos através do painel do TOSSD. Este capta um leque mais abrangente de informações sobre fluxos financeiros, incluindo AOD e empréstimos não concessionais, transferências Sul-Sul e financiamento privado mobilizado por esforços oficiais. É, portanto, uma base de dados única que potencialmente ajuda a compreender todos os fluxos financeiros transfronteiriços para o setor das pescas. Ainda contém informações sobre a AOD, mas utiliza uma fórmula ligeiramente diferente para empréstimos concessionais.

O TOSSD utiliza apenas os códigos setoriais de nível superior utilizados pelo CRS e pelo D-Portal. Isso significa que os dados no TOSSD só podem ser filtrados tomando agricultura, silvicultura e pescas como uma única categoria. Ao fazê-lo, obtêm-se muitos milhares de projetos. Identificar quais se relacionam com as pescas exigiria a leitura de cada descrição do projeto, embora muitos projetos não incluam tal descrição. Os dados do TOSSD também estão organizados para ODS específicos. No entanto, só é possível encontrar dados agregados sobre os fluxos financeiros para cada ODS, e não uma lista dos projetos. Portanto, não há uma maneira direta de encontrar informações sobre o financiamento do desenvolvimento das pescas. A referência cruzada de dados entre o TOSSD e o CRS ou o D-Portal pode ser feita através da revisão de entradas individuais para países específicos, mas esse processo é muito demorado. Tomando alguns países como estudos de caso, verifica-se que os relatórios dos doadores para o TOSSD estão incompletos no que diz respeito aos projetos de pesca, em comparação com o CRS e o D-Portal. Embora o painel do TOSSD inclua projetos de ajuda ao desenvolvimento que não se encontram nas outras duas bases de dados, esta discrepância deve-se provavelmente a diferenças na terminologia e nos parâmetros de reporte. Por exemplo, os pagamentos da UE para acordos de pesca com países terceiros são apresentados como subvenções no TOSSD, mas não no CRS ou no D-Portal.



Em resumo, as três principais ferramentas internacionais de transparência para o financiamento do desenvolvimento oferecem um quadro confuso. Mas cada uma delas constitui um recurso valioso para identificar projetos de financiamento do desenvolvimento. Combinadas, elas ilustram que a pesca recebe financiamento ou ajuda considerável para o desenvolvimento. Mas nenhuma delas pode ser considerada confiável isoladamente. Para obter uma compreensão completa e confiável dos fluxos financeiros, é necessário cruzar os dados das três bases de dados e realizar investigações extensas para identificar projetos que podem não estar codificados como projetos de pesca, mas que poderiam estar, como aqueles codificados como projetos ambientais ou de desenvolvimento rural. Combinar estas três bases de dados requer um vasto conhecimento técnico sobre como a informação é definida e categorizada em cada base de dados, bem como uma apreciação das definições e normas de reporte em constante evolução para cada uma delas. Se alguém estivesse determinado a saber quanto é gasto em ajuda ao desenvolvimento por ano, por quem e onde, teria de desenvolver a sua própria base de dados.

Quando o dinheiro parece ajuda, mas não é: o apoio da União Europeia à pesca

A União Europeia (UE) é um importante fornecedor de ajuda ao desenvolvimento para o setor das pescas dos países em desenvolvimento. Também fornece dinheiro a muitos países em desenvolvimento para Acordos de Parceria para a Pesca Sustentável. Estes são contratos que proporcionam oportunidades de pesca num país terceiro para embarcações com bandeira europeia. Durante décadas, a União Europeia e muitas organizações da sociedade civil têm defendido que estes pagamentos pelo acesso à pesca sejam utilizados para melhorar a gestão das pescas em países terceiros. A parte do dinheiro utilizada desta forma é geralmente designada por «apoio setorial». A classificação destes fundos tem causado alguma confusão. Existe uma perspetiva, incluindo nos países em desenvolvimento, de que o dinheiro pago pela UE para apoio setorial através dos seus acordos de acesso à pesca é uma subvenção que constitui uma forma de ajuda ao desenvolvimento. De facto, durante muitos anos, a UE comunicou à CRS da OCDE a parte do dinheiro utilizada para apoio setorial através dos seus acordos de pesca em países terceiros. No entanto, isto é incorreto. O dinheiro pago através dos acordos de acesso à pesca da UE representa uma transferência para fins comerciais e não corresponde à definição de APD. A UE deixou de comunicar este dinheiro à OCDE como APD por volta de 2015.

O dinheiro gasto pelas instituições europeias na pesca está incluído nas informações comunicadas ao TOSSD. Para além da totalidade do orçamento para a implementação da Política Comum das Pescas da UE (declarada como uma contribuição para um bem *público internacional*), todo o dinheiro pago a países terceiros pelo acesso à pesca é declarado pela Comissão Europeia como um fluxo financeiro que promove o desenvolvimento sustentável desses países e contribui diretamente para o ODS 14.2. Este dinheiro é classificado no TOSSD como uma subvenção.



3 Desafio 3: Acompanhamento da ajuda filantrópica

A transparência na ajuda filantrópica ao setor das pescas tem os seus problemas específicos. Isto é fundamental, dado o crescimento da ajuda filantrópica às pescas e à conservação marinha.

O número de doadores filantrópicos registados e a quantia que gastam cresceram enormemente nas últimas duas décadas. Um inquérito abrangente realizado pelo Hauser Institute for Civil Society em 2023 identificou mais de 260 300 fundações filantrópicas em 39 países, com despesas anuais que atingem mais de 1,5 biliões de dólares americanos.¹⁴ 90% destas fundações são geridas em nome de indivíduos ricos. A transparência e a responsabilização em torno destas despesas têm sido questões recorrentes. O estudo do Hauser Institute descreve que:

« Apesar da crescente importância e escala da filantropia institucional, é surpreendentemente pouco o que se sabe sobre os recursos envolvidos e sua utilização ao nível nacional, regional e global. Em grande parte do mundo, os dados e conhecimentos filantrópicos disponíveis ao público são escassos. Na maioria dos países, nem os governos nem as organizações privadas recolhem e/ou disponibilizam dados relevantes a respeito. »

14 Johnson, P. (2023), 'Global Philanthropy Report', Hauser Institute for Civil Society.



Muitas das maiores fundações sediadas na América do Norte e na Europa têm-se empenhado em esforços globais de prestação de contas e transparência. Os doadores privados foram incluídos no CRS a partir de 2009 e, atualmente, 41 deles comunicam dados sobre as suas subvenções ao CRS da OCDE. Um número mais significativo comunica à IATI, mas este ainda é muito reduzido a nível global.

De acordo com dados recolhidos pelo CRS das 41 fundações, o total de gastos em países elegíveis para a APD cresceu de pouco menos de 3 mil milhões em 2009 para 10,7 mil milhões em 2022. Isso representa menos de 5% do montante gasto em desenvolvimento pelos doadores oficiais. A maior parte destes gastos filantrópicos é destinada à educação, saúde e redução da pobreza. Se isolarmos os dados sobre os montantes especificamente destinadas à pesca pelas instituições filantrópicas, os 41 doadores privados incluídos forneceram menos de 1 milhão de dólares em 2013, mas este valor cresceu para mais de 80 milhões de dólares em 2022. O que representa menos do que os 430 milhões de dólares fornecidos pelos doadores oficiais, mas ainda assim é um montante substancial.

Infelizmente, não há uma maneira direta de isolar os dados sobre financiamento específico do setor por doadores privados no D-Portal. Mas a lista de doadores que financiam a pesca no D-Portal é pequena.

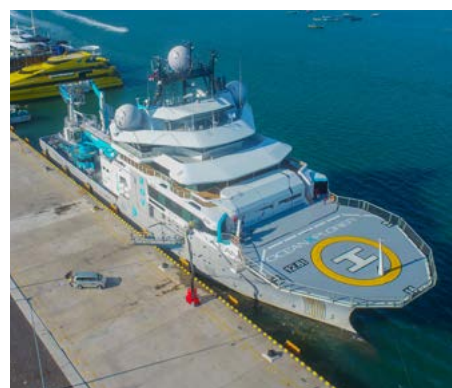
Quase todos os grandes doadores norte-americanos conhecidos por serem ativos na pesca e conservação dos oceanos, como a Fundação David e Lucile Packard, a Fundação Bezos, a Fundação Gordon e Betty More e a Fundação Oak, não são membros da IATI (mas todos eles reportam ao CRS). O financiamento filantrópico também não está incluído no TOSSD. No entanto, o valor de 80 milhões de dólares americanos relatado no CRS está incompleto. Não só abrange um pequeno número de fundações, como também inclui apenas despesas diretamente relacionadas com projetos no Sul Global geridos por organizações sediadas nesses países. Não abrange todas as doações de fundações filantrópicas a ONG nos seus países de origem que são gastas em projetos nos países do Sul.

Existem outros relatórios sobre o papel das fundações filantrópicas na esfera da pesca e da conservação dos oceanos, revelando o quão incompletos são os dados do CRS. Em 2024, a *Environmental Grant Makers Association* produziu um relatório mostrando que, entre 2016 e 2021, os gastos das fundações filantrópicas com as pescas chegaram a cerca de US\$ 500 milhões.¹⁵ Os dados foram obtidos a partir de questionários enviados aos doadores e analisados para verificar onde se concentravam as atividades financiadas por esse dinheiro. Cerca de 20% desse total foi direcionado a projetos na América do Norte e na Europa, enquanto 40% foi gasto em programas internacionais e regionais. Os 40% restantes, cerca de US\$ 200 milhões, foram gastos em projetos destinados a países em desenvolvimento, individualmente. Além disso, os beneficiários do financiamento privado para projetos relacionados com a pesca são quase inteiramente compostos por organizações ambientais sediadas na América do Norte e na Europa; 14 dos 20 principais beneficiários são organizações de conservação dos EUA, três são do Reino Unido, uma é da Suíça e duas são do México. Muito pouco do dinheiro fornecido por fundações filantrópicas é direcionado para governos.

Outro relatório foi publicado em 2023 pela ONG «Our Shared Seas».¹⁶ Este relatório analisou de forma mais ampla as doações filantrópicas para a conservação dos oceanos. Constatou-se que o gasto total com a conservação dos oceanos por fundações filantrópicas atingiu US\$ 1 bilhão em 2022. Esta pesquisa também revelou que grande parte dos gastos (quase 40%) foi destinada a projetos globais e internacionais, e cerca de um quarto foi gasto diretamente em projetos no sul global. As doações para programas específicos para a pesca totalizaram cerca de 200 milhões de dólares americanos em 2022, aproximadamente o mesmo valor encontrado pela *Grant Makers Association*. No entanto, mais uma vez, é difícil saber onde traçar a linha divisória entre projetos de pesca e outros gastos com a conservação dos oceanos que afetam a gestão das pescas. Um quarto das doações filantrópicas para a conservação dos oceanos é classificado como pesquisa científica, o que provavelmente contribui para a gestão das pescas. Outros 20% são alocados para a conservação baseada em áreas, incluindo áreas marinhas protegidas, que também têm um impacto significativo na pesca.

15 Environmental Grant Makers Association (2004), '[Tracking the field: Summary of funding to aquaculture and fishing 2016-2021](#)'.

16 Lewis, F., Saliman, A., Peterson, E. (2023), '[Funding Trends 2023: Tracking the State of Global Ocean Funding](#)', Our Shared Seas.



Portanto, embora não tenhamos dados precisos, o fluxo de recursos de fundações filantrópicas para a pesca e a conservação marinha é substancial e, em alguns lugares, excederá o financiamento fornecido por doadores oficiais. As fundações filantrópicas têm cada vez mais influência no apoio ao trabalho da sociedade civil relacionado com a pesca e no impacto das agendas políticas internacionais. Estudos em países como o México mostram que a gestão das pescas e a conservação marinha se tornaram dependentes da filantropia dos EUA, substituindo o financiamento público, com preocupações alarmantes quanto à sustentabilidade a longo prazo das áreas marinhas protegidas.¹⁷ No entanto, grande parte destas despesas não é comunicada através dos canais oficiais nem é registada nas bases de dados de transparência da ajuda.

Resistir à transparência por motivos legítimos?

Do ponto de vista da transparência, pode ser tentador recomendar uma melhoria na prestação de contas por parte das organizações filantrópicas, permitindo o rastreio dos fundos até ao seu destino final. Mas há contra-argumentos. Melhorar a transparência das doações filantrópicas privadas também é politicamente sensível, porque se dirige predominantemente a atores não estatais. Vários exemplos mostram que os governos promulgaram leis de transparência para o financiamento estrangeiro de projetos de desenvolvimento e ambientais, predominantemente para policiar as ONG, restringir as liberdades da sociedade civil e resistir à influência estrangeira. Muitos países, como a Rússia, Índia, Nicarágua, Israel, Egito e EUA, promulgaram as chamadas leis de «agentes estrangeiros» que proíbem – ou controlam rigidamente – as organizações nacionais de receber doações estrangeiras.¹⁸ Resistir à transparência pode, portanto, ser justificado para proteger a independência de organizações que trabalham de maneiras que o governo desaprova.

Isto levanta uma questão essencial para as iniciativas de governo aberto que se concentram em melhorar a transparência e a responsabilização no financiamento do desenvolvimento: se os governos devem recolher informações sobre o financiamento do desenvolvimento nos seus países, isso deve incluir informações sobre as atividades e despesas de ONGs estrangeiras e fundações filantrópicas? A resposta pode ser não, para proteger a sociedade civil da interferência política. Por outro lado, será saudável para a transparência nas pescas e na conservação marinha ter uma quantidade tão grande de financiamento ao desenvolvimento proveniente de organizações filantrópicas que não são obrigadas a prestar contas ao público?

17 I. López-Ercilla, L. et al. (2024), '[Who pays for sustainability in the small-scale fisheries in the global south?](#)', Ecological Economics, Volume 226.

18 Ver, por exemplo, o artigo explicativo publicado pela Open Society Foundation, em junho de 2024: '[The troubling march of "foreign agents" laws](#)'.

4 Desafio 4: A complexidade e opacidade do financiamento privado

Embora as doações filantrópicas sejam uma forma de financiamento privado, o conceito de financiamento privado geralmente exclui a filantropia e refere-se a fluxos de financiamento comercial. Conforme descrito acima, a APD está cada vez mais entrelaçada com o financiamento privado, predominantemente por meio de várias formas de combinação. O mesmo se aplica aos fundos filantrópicos. A transparência no financiamento do desenvolvimento deve, portanto, incluir essas informações.

No entanto, a mudança da APD para o financiamento privado através da combinação de financiamentos coloca dificuldades consideráveis na manutenção da transparência na cooperação internacional para o desenvolvimento. Isto deve-se, em parte, à maior complexidade das transações e ao facto de os elementos dos acordos de financiamento combinado serem interpretados como incluindo informações comercialmente sensíveis, sujeitas a regras de confidencialidade de dados (ver o nosso tBrief sobre confidencialidade). A comunicação de informações sobre a ajuda combinada também levanta dilemas estatísticos. Por exemplo, nem sempre é fácil avaliar as contribuições dos doadores ou do setor privado nessas transações. Também é difícil prever os fluxos financeiros dos acordos de ajuda combinada. Nesse sentido, os relatórios sobre o valor do financiamento misto são diferentes dos projetos tradicionais de APD. A questão torna-se ainda mais complexa, pois muitas iniciativas de financiamento misto envolvem vários governos, bancos multilaterais, organizações filantrópicas e do setor privado em uma única transação. Além disso, nos últimos anos, uma das tendências no financiamento do desenvolvimento tem sido o aumento da quantidade de dinheiro fornecido por doadores por meio de organizações intermediárias, como empresas de gestão de ativos, seguradoras e bancos comerciais.¹⁹ Quem relata o quê?

O CAD adotou princípios para a combinação de ajuda em 2019, que incluíam a necessidade de relatórios transparentes. No entanto, essas informações não estão incluídas no CRS, nem no D-Portal. O problema é que a conceção destas bases de dados não se adequa bem ao registo de transações de financiamento misto. Os principais bancos multilaterais de desenvolvimento criaram um grupo de trabalho sobre financiamento misto, que apresenta um relatório anual sobre a utilização da ajuda combinada para melhorar a transparência.²⁰ No entanto, este relatório não fornece uma base de dados de projetos, apenas informações resumidas sobre tendências e estudos de caso. As informações mais completas sobre transações de financiamento misto são compiladas pela Convergence, uma associação internacional com 135 membros, incluindo governos, ONGs, credores multilaterais e investidores do setor privado. Desde 2017, esta associação também elabora um relatório global sobre projetos de financiamento misto baseado numa grande quantidade de pesquisas primárias sobre transações específicas. Infelizmente, a base de dados de transações específicas compilada pela Convergence está disponível apenas para membros.

19 Ver Oxfam (2018), '[Open Books: How development finance institutions can be transparent in their financial intermediary lending, and why they should be](#)'.

20 Os relatórios anuais do grupo de trabalho sobre financiamento misto estão disponíveis [aqui](#).

21 Para o último relatório anual da [Convergence](#).

A TOSSD é, portanto, a única iniciativa global que procura captar esta informação. Infelizmente, até agora, não tem conseguido fazê-lo. Existem informações muito limitadas no painel da TOSSD sobre o volume de financiamento privado mobilizado pelos governos para abordar os ODS. Não há informações sobre financiamento para o desenvolvimento da pesca, apesar de muitos projetos de pesca serem financiados através de ajuda mista.

Então, quais são os exemplos de ajuda mista que afetam o setor das pescas? Existem vários tipos, mas dois se destacam, apresentando desafios distintos para a transparência.

Obrigações azuis

Um título azul é um derivado de um título verde. O dinheiro arrecadado com a emissão do título é destinado exclusivamente a atividades que promovam o crescimento económico sustentável em setores baseados no oceano, incluindo a pesca. O primeiro título azul soberano (aqueles emitidos por um governo) foi levantado pelo governo das Seicheles em 2018. Isso resultou em um empréstimo de aproximadamente US\$ 18 milhões para gastos com a economia azul. É um bom exemplo da interseção entre investimento de impacto e financiamento misto: o título azul foi comprado por investidores privados sediados na Europa e na América do Norte. Ao mesmo tempo, o Banco Mundial e o Fundo Global para o Meio Ambiente subsidiaram o negócio por meio de doações, garantia de crédito e assistência técnica. Uma doação do Instituto Rockefeller também foi usada para cobrir os custos legais do governo das Seicheles. De acordo com os envolvidos, a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) e os fundos filantrópicos criaram um investimento privado que, de outra forma, não teria ocorrido.

Várias organizações internacionais, incluindo bancos de desenvolvimento e agências das Nações Unidas, promoveram os títulos azuis entre outros países em desenvolvimento e pequenos Estados insulares. O progresso tem sido lento, com apenas Fiji, Indonésia, Bahamas e Costa Rica a emitir títulos azuis depois das Seicheles. No entanto, muitas instituições financeiras de desenvolvimento, incluindo o Banco Mundial e doadores bilaterais como o Reino Unido, comprometeram-se a disponibilizar fundos para expandir os títulos azuis nos países do Sul, pelo que se espera que se tornem mais comuns.

Várias organizações produziram diretrizes voluntárias para os títulos azuis, sendo as mais influentes as estabelecidas pela *International Capital Market Association*.²² Os emissores dos títulos azuis devem contratar um terceiro para realizar uma pré-avaliação dos títulos, a fim de ilustrar como os rendimentos serão utilizados para cumprir os objetivos ambientais e sociais. O emissor também deve fornecer atualizações anuais sobre a utilização dos rendimentos, incluindo demonstrações financeiras. No entanto, estas diretrizes não são cumpridas de forma rigorosa e, em muitos casos, incluindo nas Seicheles, os emissores de obrigações verdes ou azuis não fornecem atualizações anuais sobre a utilização dos rendimentos, nem contratam uma avaliação por terceiros. Os relatórios dos avaliadores terceiros podem ser tratados como confidenciais ou acessíveis ao público, sujeitando-se apenas ao pagamento de uma taxa.²³

22 Disponível [aqui](#).

23 Standing, A. (2023), '[Sovereign ESG bonds in the global south: 10 questions for those concerned about debt and climate justice](#)', EURODAD.



As preocupações com a falta de transparência dos títulos verdes e azuis levaram ao surgimento de um novo tipo de título, o título baseado no desempenho. Ao contrário dos títulos verdes ou azuis tradicionais, os emissores desses títulos especificam indicadores-chave de desempenho. Esses indicadores são então usados para influenciar os termos de reembolso aos investidores dos títulos. O não cumprimento dos indicadores pode resultar num pagamento de juros mais elevados para os investidores ou em pagamentos mais baixos, caso os indicadores sejam cumpridos. Exemplos de obrigações baseadas no desempenho emitidas por governos incluem obrigações ligadas à redução das emissões de gases com efeito de estufa no Chile e uma obrigação ligada ao aumento da cobertura florestal no Uruguai. No que diz respeito à economia azul, um título de corais emitido pelo Banco Mundial em 2024 para apoiar a conservação dos oceanos na Indonésia segue este modelo, com indicadores ligados à expansão das áreas marinhas protegidas. Neste caso, os bônus para os investidores (se os indicadores forem cumpridos) serão pagos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Global para o Meio Ambiente, demonstrando mais uma vez as várias formas como o investimento de impacto e a ajuda mista podem convergir.²⁴

Embora os títulos baseados em desempenho sejam frequentemente comercializados para aumentar a transparência, uma desvantagem é que eles não obrigam o mutuário a destinar o dinheiro emprestado a um fim específico. Eles também não exigem relatórios financeiros sobre o uso do dinheiro. Tudo o que é necessário é relatar em que medida os indicadores foram cumpridos. Em comparação com os títulos azuis, os títulos baseados em desempenho podem, portanto, atrair governos que preferem não se comprometer com a transparência financeira.

Troca de dívida pela conservação do oceano

As trocas de dívida envolvem a reestruturação da dívida pendente para criar poupanças reservadas para gastos ambientais e sociais positivos. Nos últimos anos, as chamadas «trocas de dívida pela conservação do oceano» tornaram-se uma fonte substancial de financiamento privado para esforços de conservação marinha em muitos países.

O conceito de troca de dívida inclui uma série de transações entre credores e devedores. Estas têm sido utilizadas desde o final da década de 1980, tendo sido pioneiras as organizações de conservação dos EUA. Algumas destas trocas envolvem a reestruturação da dívida entre credores bilaterais e países do Sul, enquanto outras envolvem a reestruturação da dívida detida por credores comerciais. Ocasionalmente, a troca envolve o perdão da dívida, com a condição de que o montante perdoado devido ao credor seja utilizado para despesas de conservação. Mais comumente, o devedor pode pagar uma dívida antecipadamente com um desconto, com as economias reservadas para a conservação. No último exemplo, os países devedores podem receber uma subvenção ou um empréstimo de terceiros para cobrir os custos da recompra da dívida. A forma como estas transações têm sido contabilizadas no CRS sempre foi um dilema. Os pagamentos de dívidas renunciados podem ser reportados como subvenções, contribuindo assim para a meta de 0,7%.



24 Grupo Banco Mundial (2024),
[‘Indonesia coral bond: an innovative ocean financing instrument’](#).



Mais uma vez, as Seicheles foram o primeiro país a utilizar uma troca de dívida para gerar fundos para a conservação dos oceanos. Este é outro exemplo de financiamento misto. As subvenções de doadores filantrópicos, alguns dos quais permaneceram confidenciais, foram utilizadas para financiar parcialmente a recompra de dívida de doadores bilaterais para empréstimos pendentes no valor aproximado de 27 milhões de dólares americanos. Os doadores concordaram em vender esta dívida com um desconto de 6,5%. A transação também foi parcialmente financiada por um empréstimo em condições favoráveis de US\$ 15 milhões da organização de conservação dos EUA, *The Nature Conservancy* (TNC). A condição para a recompra da dívida era que o dinheiro não utilizado no pagamento da dívida a doadores estrangeiros fosse gasto em esforços de conservação marinha nas Seicheles, com uma nova organização multilateral responsável pelo desembolso desses recursos. As Seicheles também se comprometeram a expandir as AMP para 50% das suas águas soberanas como resultado do acordo. Uma troca semelhante de dívida por oceano foi concluída na Indonésia em 2024 com os EUA, envolvendo o refinanciamento de empréstimos pendentes da APD no valor de 35 milhões de dólares, também parcialmente financiados por grupos de conservação dos EUA. Cabo Verde fez algo semelhante com o governo português.

Outras trocas de dívida por oceano foram utilizadas para renegociar a dívida dos países do Sul para com credores comerciais. Estas envolveram montantes muito superiores aos dos acordos bilaterais de refinanciamento da dívida. A escala impressionante destas trocas de dívida comercial deve-se ao facto de organizações de conservação dos EUA e da Europa terem angariado financiamento privado para financiar a recompra de dívida em obrigações soberanas. Isto resultou na reestruturação de quase 3 mil milhões de dólares em dívida comercial em Belize, Equador, Barbados, Gabão e Bahamas. Estes acordos também envolvem a combinação de ajuda ao desenvolvimento, incluindo ajuda filantrópica para cobrir despesas legais, com garantias de crédito oficiais fornecidas por membros do CAD e bancos de desenvolvimento para ajudar a reduzir os custos de empréstimos para pagar recompras de dívida.



Como transações financeiras complexas, as trocas de dívida também levantam desafios de transparência. Elas são negociadas em segredo porque anúncios públicos de recompra de dívida podem influenciar o valor da dívida de um país nos mercados secundários. As transações também envolvem várias empresas envolvidas na captação e empréstimo de dinheiro, algumas das quais registadas em paraísos fiscais offshore. Portanto, pode ser impossível para um leigo entender como os benefícios e custos dessas transações são distribuídos. Até agora, documentos importantes não foram publicados, como os contratos de empréstimo entre organizações de conservação e países devedores e os contratos para o cumprimento das promessas de conservação. Em última análise, como os investidores comerciais financiam esses negócios, não se sabe publicamente quem emprestou dinheiro aos países em desenvolvimento para financiar a troca.²⁵

Portanto, o caso das trocas de dívida e dos títulos azuis ilustra como a crescente tendência para o financiamento do setor privado para a conservação – e o uso de instrumentos financeiros inovadores apoiados pela APD – está a aumentar a quantidade de dinheiro que flui para os países em desenvolvimento, mas também aumentando substancialmente a complexidade, o que torna as tarefas de prestação de contas e supervisão públicas mais difíceis. Muitas pessoas envolvidas no desenvolvimento da pesca e na conservação dos oceanos podem ficar confusas com essas transações financeiras e intimidadas com o jargão usado pelos profissionais da área. No entanto, um ponto importante é que, como o financiamento do desenvolvimento combina ajuda oficial com investimentos privados e filantrópicos, a responsabilidade pela divulgação pública torna-se ambígua.

25 Standing, A. (2023), '[The financialisation of marine conservation: the case of debt-for-ocean swaps](#)', *Development*, vol. 66 (1).



5 Desafio 5: Compreender o objetivo e o impacto do financiamento do desenvolvimento no setor das pescas

Por fim, para compreender o fluxo do financiamento ao desenvolvimento para o setor das pescas, é essencial compreender tanto o objetivo desse financiamento como os seus resultados. Considere, por exemplo, um estudo da FAO de 1983 sobre a APD no setor das pescas, que constatou que a grande maioria da APD era gasta na modernização das pescas, incluindo a compra de embarcações de pesca e a construção de portos de pesca. Muito pouco era destinado ao apoio à investigação científica e ao bem-estar das pescas de pequena escala. O final da década de 1970 e o início da década de 1980 foram períodos em que a assistência dos doadores facilitou amplamente a industrialização das pescas, impulsionando as pescas orientadas para a exportação em detrimento do abastecimento local de pescado. A sustentabilidade da pesca parecia ser um tema negligenciado.

Devemos esperar que o objetivo do financiamento ao desenvolvimento para o setor das pescas tenha mudado consideravelmente desde a década de 1980. A consciência sobre a pesca insustentável cresceu e muitos doadores reviram os seus objetivos para dar maior ênfase ao bem-estar das comunidades costeiras e à segurança alimentar nacional. As últimas duas décadas também viram uma atenção crescente ao combate à pesca ilegal e um maior interesse em reformas de governança, incluindo a cogestão comunitária. Infelizmente, poucas publicações atualizadas analisam de forma abrangente o objetivo do financiamento ao desenvolvimento e como ele é gasto. Uma exceção é a pesquisa sobre a carteira de projetos de pesca do Banco Mundial, que mostrou que quase 50% da carteira é direcionada a projetos que promovem a sustentabilidade da pesca de pequena escala.²⁶

Um desafio à transparência no financiamento do desenvolvimento para o setor das pescas é que muitos doadores não produzem relatórios explicando as prioridades dos seus programas de ajuda e como esses programas apoiam os objetivos e metas nacionais estabelecidos pelos países beneficiários. Os doadores europeus formaram um grupo de trabalho para discutir projetos de ajuda às pescas e forjar um acordo sobre a harmonização, que se reúne anualmente. No entanto, os resultados das suas reuniões não foram publicados. Outros doadores, incluindo o Japão ou a China, também não publicam explicações sobre os objetivos dos seus projetos no setor das pescas.

Em teoria, as informações sobre o objetivo do financiamento ao desenvolvimento das pescas devem ser do domínio público. O CRS exige que os doadores expliquem o objetivo de cada projeto de APD introduzido na base de dados do CRS. Os doadores também podem escolher uma das cinco subcategorias para projetos de pescas:

- Política e gestão administrativa das pescas
- Desenvolvimento das pescas
- Educação ou formação em pesca
- Investigação pesqueira
- Serviços da pesca

26 Hamilton, J. et al., (2021), '[How does the World Bank shape global environmental governance agendas for coasts? 50 years of small-scale fisheries aid reveals paradigm shifts over time](#)', Global Environmental Change, Volume 68.



De acordo com o CRS, a grande maioria da APD para as pescas destina-se à política e gestão administrativa das pescas ou ao desenvolvimento das pescas. Mas estas categorizações são vagas e muitos projetos de APD no setor das pescas abrangem provavelmente várias categorias, embora os doadores só possam escolher uma. Infelizmente, embora os doadores sejam obrigados a introduzir um resumo do objetivo de cada um dos seus programas de APD, um número substancial não o faz. Alguns doadores são mais diligentes do que outros. No entanto, quase todas as entradas relativas a projetos de pesca do Japão, por exemplo, têm descrições genéricas do objetivo, que não fornecem informações sobre a finalidade da despesa.

A IATI foi parcialmente desenvolvida para superar esse problema. O formato de relatório do D-Portal permite que os doadores incluam informações mais substanciais sobre o objetivo dos seus projetos de ajuda e metas específicas. Ao contrário do CRS, os doadores também podem carregar documentos adicionais. No entanto, muitos doadores ignoram esses requisitos de dados. Aqueles que fornecem informações adicionais através do D-Portal podem fornecer tantas informações que é improvável que isso ajude a melhorar a transparência. Por exemplo, o Projeto de Pesca Marinha e Desenvolvimento Socioeconómico no Quênia, que tem um orçamento de 100 milhões de dólares e é financiado pelo Banco Mundial, inclui links para 446 documentos programáticos, mas não há uma descrição detalhada do que são.

O painel do TOSSD também fornece informações limitadas sobre o objetivo dos projetos de financiamento ao desenvolvimento. Há um campo de dados para a descrição do objetivo, com a opção de incluir um link externo para mais informações. Os projetos de pesca inseridos no painel do TOSSD geralmente não incluem informações para nenhum desses campos.

Os doadores podem fornecer mais informações sobre projetos específicos de pesca através dos seus sites. O Índice de Transparência da Ajuda, desenvolvido pela Publish What You Fund, tenta medir isso. Ele analisa informações em 35 indicadores de transparência, incluindo uma pontuação para os dados que os doadores fornecem (seja através da IATI ou dos seus sites) sobre o objetivo de projetos de ajuda específicos. O Índice de Transparência da Ajuda abrange 50 organizações doadoras, incluindo vários doadores proeminentes no setor das pescas. Cerca de metade dos doadores recebeu uma pontuação perfeita no inquérito de 2024. Alguns doadores não obtêm uma boa pontuação, incluindo Espanha, Japão e Alemanha. No entanto, a fasquia é relativamente baixa. Um doador é avaliado com base no facto de a descrição do projeto conter pelo menos 80 caracteres. Se for esse o caso, é considerado totalmente transparente. Os cidadãos dos países em desenvolvimento esperam, sem dúvida, mais do que 80 caracteres para descrever o objetivo de projetos de ajuda que podem envolver milhões de dólares.

27 Ver, por exemplo, a página do projeto [‘Fish for development’](#), um projeto de 8 milhões de dólares americanos implementado no Gana.



Não há pesquisas internacionais sobre esta questão. No entanto, uma rápida olhada nos sites de doadores proeminentes da pesca revela uma ampla variedade de práticas. O Banco Mundial geralmente tem detalhes extensos sobre os seus projetos de ajuda à pesca, incluindo relatórios aprofundados sobre a justificativa do projeto. Doadores como o Japão não fornecem nada. A NORAD fornece um pequeno parágrafo sobre os seus projetos de pesca, sem links para outros relatórios e documentação.²⁷ Não há documentação do projeto para programas de ajuda à pesca financiados por instituições da UE, conforme exibido pelo *EU Aid Explorer*.

E quanto às avaliações dos projetos?

Se há informações inadequadas sobre o objetivo dos projetos de desenvolvimento no setor das pescas, não é surpreendente que a quantidade de informações sobre os resultados dos projetos seja igualmente escassa. Este tem sido um pilar fundamental da agenda da Eficácia da Ajuda desde Paris, e as diretrizes de melhores práticas têm sido para avaliações de projetos realizadas conjuntamente por doadores e governos beneficiários, com a participação dos beneficiários dos projetos. Existe, no entanto, uma vasta literatura que descreve as dificuldades de fazer isso bem. Um tema comum nesta literatura é que as avaliações dos programas de ajuda são frequentemente controversas, dadas as incertezas sobre os resultados e o facto de os impactos poderem demorar vários anos a materializar-se. Os exemplos de avaliações participativas são extremamente escassos.

Mais uma vez, este é um assunto com falta de dados comparativos entre os doadores da área das pescas. Embora tenha sido uma característica central do D-Portal incluir os resultados dos projetos, muito poucos projetos de pescas são publicados com esta informação. Não há lugar para avaliações de projetos no TOSSD. Entre os doadores, o Banco Mundial é talvez o melhor exemplo, uma vez que publica relatórios de conclusão de projetos que avaliam em que medida as metas foram cumpridas. Os projetos de pesca do Banco Mundial também foram analisados pelo seu Grupo de Avaliação Independente.²⁸ Os relatórios resultantes levantam preocupações de que os projetos do Banco Mundial muitas vezes carecem de informações de base para medir o sucesso e que pode haver uma falta de evidências para pontuações positivas nos documentos de avaliação dos projetos.

28 Grupo Banco Mundial (2024), [‘Making waves: World Bank support for the blue economy, 2012-2023’](#), Grupo de Avaliação Independente, também disponível em Grupo Banco Mundial (2021), [‘The Natural Resource Degradation and Vulnerability Nexus: An Evaluation of the World Bank’s Support for Sustainable and Inclusive Natural Resource Management \(2009–19\)’](#), Grupo de Avaliação Independente.

Em 2008, o Banco Mundial e a FAO também encomendaram uma investigação sobre as avaliações dos doadores aos projetos de pesca.²⁹ Esta investigação concluiu que muitos não estavam a realizar avaliações e, entre aqueles que o faziam, os relatórios muitas vezes não eram publicados. A credibilidade destas avaliações era fraca, dado que muitas foram produzidas por consultores dependentes do financiamento dos doadores para as suas carreiras, o que pode tê-los desincentivado a apresentar relatórios negativos. De todas as avaliações analisadas, 73% foram consideradas de «má» qualidade. Na altura, os autores do estudo não conseguiram encontrar nenhum exemplo de um país em desenvolvimento que tivesse produzido um relatório avaliando o desempenho dos seus programas de ajuda à pesca.

Outras pesquisas mais recentes analisaram as políticas de doadores selecionados que atuam na área de conservação.³⁰ Isso confirma uma grande variação nas práticas, com alguns doadores exigindo que os projetos produzam relatórios de avaliação, mas nem todos eles se destinam à publicação. Isso também aponta problemas na qualidade das informações e a tendência das avaliações de projetos de ocultar casos de falhas. O que é importante neste estudo é que ele analisou as práticas de um dos maiores doadores filantrópicos na conservação dos oceanos, a Fundação Bezos. A pesquisa não encontrou avaliações públicas das subvenções ou políticas da fundação que sugiram que as avaliações são esperadas. No entanto, a Fundação Bezos está agora entre os doadores mais proeminentes na conservação marinha, tendo comprometido mais de US\$ 150 milhões para expandir áreas marinhas protegidas e reformar a pesca em países em desenvolvimento. Mais uma vez, as fundações filantrópicas estão a trabalhar numa escala que rivaliza com os doadores governamentais e intergovernamentais, mas com um nível muito menor de transparência e responsabilidade. Outra pesquisa descobriu que, entre 32 grandes fundações filantrópicas envolvidas na pesca e na conservação dos oceanos, apenas 11 tinham políticas para consultar as comunidades pesqueiras sobre a concessão de subsídios.³¹

29 Macfadyen, G. (2010), '[Assessing the Impact of Development Assistance in Fisheries and Aquaculture](#)', Poseidon Consultants.

30 Caruna, A. et al., '[Lessons lost: Lack of requirements for post-project evaluation and reporting is hindering evidence-based conservation](#)', Conservation Science and Practice.

31 Betsill, M. et al. (2024), '[Community engagement and power dynamics in conservation philanthropy grant making](#)', Conservation biology.

Conclusão

O objetivo deste tBrief foi apresentar o tema da transparência no financiamento do desenvolvimento para o setor pesqueiro. O financiamento do desenvolvimento provavelmente não tem o destaque que deveria nas discussões globais sobre o aumento da transparência no setor pesqueiro. A atenção dos profissionais da transparência na pesca está mais focada nas atividades dos navios pesqueiros e na *rastreabilidade* dos produtos pesqueiros. No entanto, bilhões de dólares estão a ser gastos no desenvolvimento do setor pesqueiro e na melhoria da conservação das populações de peixes e dos *habitats* marinhos. A transparência é vital para compreender a eficácia deste dinheiro e permitir um envolvimento público significativo no desenvolvimento e implementação de projetos de financiamento ao desenvolvimento. A questão tornar-se-á mais premente, uma vez que o fluxo de financiamento para a pesca e a conservação marinha deverá aumentar com os compromissos internacionais em matéria de clima e biodiversidade.

O tBrief mostrou que melhorar a transparência no financiamento do desenvolvimento é um desafio assustador. A transparência tem sido incorporada nas agências de desenvolvimento há décadas, levando a algumas conquistas impressionantes. No entanto, os princípios ambiciosos estabelecidos para o financiamento do desenvolvimento não foram cumpridos, e o desempenho dos doadores e governos tem sido altamente inconsistente. Há barreiras técnicas a superar, particularmente na abordagem confusa para medir os fluxos financeiros da APD para o TOSSD. Poucas pessoas envolvidas na pesca provavelmente têm uma boa compreensão destes conceitos, e mesmo os especialistas em financiamento do desenvolvimento os consideram confusos. No entanto, o que torna a transparência e mais desafiante é o cenário em mudança do financiamento do desenvolvimento, com o crescimento fenomenal da filantropia, o aumento da cooperação Sul-Sul e a convergência da APD tradicional com o financiamento privado.

Se nos concentrarmos na questão da transparência a nível nacional para as pescas, então a tarefa é apoiar as partes interessadas nacionais com informações acessíveis. Foram desenvolvidas bases de dados internacionais sobre financiamento do desenvolvimento para ajudar neste sentido, mas elas são insuficientes. São complicadas de usar, com informações inconsistentes e lacunas extensas. Neste contexto, os relatórios nacionais produzidos através da FiTI, por exemplo, podem preencher uma necessidade significativa: compilar informações de fontes díspares, verificar a sua exatidão e fornecer resumos sucintos «sem jargões» para apoiar os debates e a compreensão nacionais. Ao fazê-lo, não se pode presumir que as agências governamentais, como o Ministério das Pescas, tenham acesso completo à informação ou uma compreensão clara do financiamento do desenvolvimento que afeta as suas responsabilidades. Também podem não estar familiarizadas com acordos de financiamento misto, como trocas de dívida e obrigações azuis, e não ter um registo abrangente da informação e dos documentos produzidos pelos parceiros de desenvolvimento, incluindo avaliações de projetos.

A relação entre a transparência do financiamento do desenvolvimento e a transparência da gestão das pescas também pode ser examinada de um ponto de vista alternativo. É improvável que os parceiros de desenvolvimento adiram ao princípio da apropriação nacional se os governos que procuram financiamento para o desenvolvimento não estabelecerem quadros políticos claros para a gestão das pescas, o que muitos países não fazem. É também extremamente difícil compreender os resultados do financiamento do desenvolvimento quando tanto do setor das pescas não está documentado ou é ocultado do público, como o volume de peixe capturado, os dados comerciais, a utilização de subsídios, a propriedade efetiva dos navios e as características sociais e económicas do setor de pequena escala. É, portanto, relevante perguntar se é possível priorizar as necessidades dos países em termos de financiamento para o desenvolvimento e avaliar o impacto dos projetos sem todas essas informações? A transparência na gestão das pescas é, portanto, vital para melhorar a eficácia do financiamento para o desenvolvimento.

Anexo: Tabelas de dados

Tabela 1: Fluxos totais de ajuda para o setor das pescas, CRS (milhões de dólares americanos)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Medidas											
Tipo de fluxo: Desembolsos											
Ajuda Pública ao Desenvolvimento	358.658	239.734	231.518	365.898	601.185	384.054	595.610	492.793	454.406	408.411	4.816
• Subvenções da APD	294.668	183.497	190.186	202.673	440.418	311.196	357.880	369.821	350.192	323.059	4.816
• Empréstimos ODA	63.800	56.237	41.332	153.225	160.767	71.661	231.060	119.298	100.327	78.498	
• Investimento em ações	0.190					1.196	6.671	3.674	3.887	6.855	
Outros fluxos oficiais (não relacionados com crédito à exportação)	80.914	7.851	88.919	109.057	102.837	139.286	141.236	173.311	105.314	167.126	
Tipo de fluxo: Compromissos											
Ajuda pública ao desenvolvimento	395.234	332.494	343.968	492.296	1.005.679	814.874	642.027	526.181	391.780	818.525	28.092
• Subvenções da APD	234.696	262.686	228.508	294.172	630.323	434.467	379.614	416.265	310.730	425.114	28.092
• Empréstimos ODA	160.490	69.808	115.460	198.124	375.355	379.212	255.508	109.917	81.050	393.411	
• Investimentos em ações	0.048					1.196	6.905				
Outros fluxos oficiais (não relacionados com crédito à exportação)	79.179	566.335	112.463	82.703	81.811	263.918	104.621	187.572	41.657	451.714	

Tabela 2: Desembolsos da APD para a pesca por doadores oficiais, CRS (milhões de dólares americanos)

	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Doadores multilaterais: Top 5						
Banco Mundial	68.336	177.309	168.120	99.001	115.001	627.767
FAO	45.789	56.159	41.518	41.862	40.145	225.473
UE	54.061	41.079	40.079	51.701	36.861	223.781
Banco Africano de Desenvolvimento	13.810	10.041	13.889	8.927	3.982	50.649
Fundo Global para o Meio Ambiente	0.806	4.717	1.263	10.361	5.641	22.788
Doadores bilaterais: os 12 principais						
Japão	69.941	156.254	88.897	78.654	56.536	450.282
Noruega	42.645	50.615	50.400	51.828	45.959	241.447
Alemanha	14.930	28.016	27.820	27.870	27.832	126.468
Nova Zelândia	14.280	15.882	14.604	9.401	10.909	65.076
Austrália	9.175	12.150	8.964	13.056	10.529	53.874
Coreia	8.199	6.234	5.727	12.892	9.120	42.172
Suécia	5.999	5.625	0.724	14.912	10.685	37.945
Canadá	1.314	4.077	6.032	6.773	5.846	24.042
Islândia	4.061	5.065	2.891	2.261	2.740	17.018
França	0.893	3.908	4.120	5.202	2.665	16.788
Reino Unido	1.746	3.141	3.651	2.169	3.766	14.473
Espanha	1.233	1.262	1.524	1.670	5.916	11.605
Todos os doadores						
Todos os doadores	384.054	595.610	492.793	454.406	408.411	2.335.274

Tabela 3: Fundos da APD recebidos por regiões, CRS (milhões de dólares americanos)

	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Caraíbas	1.870	14.634	4.436	4.471	9.112	34.523
América Central	0.760	0.558	0.826	5.324	0.812	8.280
América do Sul	5.155	9.684	7.361	9.667	6.618	38.485
África	158.070	305.369	238.732	125.632	185.151	1.012.954
Norte de África	34.613	8.050	23.475	15.694	6.453	88.285
África Subsariana	111.600	210.362	207.529	101.724	165.386	796.602
Ásia	80.333	108.393	78.752	140.183	69.028	476.690
Extremo Oriente Asiático	32.093	54.256	30.675	79.605	27.361	223.990
Ásia Meridional e Central	38.747	44.490	37.837	46.797	31.430	199.301
Médio Oriente	1.662	1.784	4.352	3.587	3.237	14.621
Oceânia	55.600	61.434	61.910	56.518	40.882	276.344

Tabela 4: APD recebida pelos países, CRS (milhões de dólares americanos)

	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Quênia	4.354	91.099	6.040	7.442	9.626	118.561
Bangladesh	4.223	18.022	7.827	29.984	21.941	81.996
Indonésia	3.255	26.627	2.307	43.069	6.672	81.930
Moçambique	9.677	14.028	8.496	12.380	26.341	70.922
Marrocos	30.310	1.580	20.744	12.959	1.143	66.735
Etiópia	5.438	6.809	15.481	0.682	10.328	38.738
Mauritânia	4.504	12.006	6.379	6.638	7.922	37.449
Tanzânia	5.087	8.266	4.539	4.040	13.037	34.970
Madagáscar	8.324	4.574	4.984	6.704	8.032	32.617
Fiji	1.264	1.720	0.977	17.014	8.512	29.486
Índia	10.715	8.345	4.806	0.060	0.064	23.990
Angola	4.634	5.057	8.992	3.315	0.561	22.560
Costa do Marfim	7.971	4.432	5.987	0.984	2.055	21.429
Guiné	2.327	3.767	8.209	1.436	5.566	21.305
Kiribati	2.795	3.554	5.575	4.414	4.801	21.140
Vietname	9.285	3.168	2.443	2.281	2.839	20.015
Ilhas Salomão	3.300	4.578	5.647	2.631	2.980	19.137
Libéria	0.512	2.230	2.000	1.495	10.109	16.346
Filipinas	3.629	2.475	4.065	4.537	1.280	15.987
Eritreia	2.710	3.223	6.532	2.563	0.423	15.451
Peru	0.506	2.137	3.539	6.020	2.980	15.181
Gana	6.423	2.835	2.780	0.882	1.939	14.859
Cabo Verde	0.547	0.164	0.023	7.341	6.782	14.857

Tabela 5: Ajuda ao país beneficiário para projetos de pesca, D-Portal (dólares americanos)

	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Filipinas	110,681,120	104,288,630	131,372,056	35,707,272	77,334,550	459,383,628
Barbados	3,797,603	2,532,737	80,718,930	100,065,401	0	187,114,671
Quênia	3,956,207	95,117,960	10,825,099	19,762,272	21,086,458	150,747,996
Indonésia	25,512,758	4,959,434	76,183,520	4,989,739	3,005,477	114,650,928
Bangladesh	4,234,421	19,670,410	11,606,470	33,576,940	21,494,746	90,582,987
Uzbequistão	13,880,681	5,524,404	13,454,765	28,674,958	24,955,128	86,489,936
Camboja	7,094,730	15,024,161	17,794,618	26,732,012	16,949,756	83,595,277
Somália	2,329,379	644,830	78,582,670	122,722	142,395	81,821,996
Índia	10,466,315	15,830,021	9,042,014	12,108,192	7,538,350	54,984,892
Zâmbia	5,983,820	10,222,152	16,868,566	4,945,085	7,648,136	45,667,759
Peru	8,331,903	14,812,037	11,925,205	9,217,681	958,460	45,245,286
Tunísia	157,648	2,204,837	33,928,584	0	1,832,910	38,123,979
Etiópia	5,192,489	6,308,054	15,042,239	651,762	10,174,843	37,369,387
Malawi	732,895	24,680,612	4,161,118	3,579,928	3,155,940	36,310,493
Mauritânia	7,177,695	18,461,304	2,739,814	2,434,709	575,894	31,389,416
Mianmar	5,675,696	6,073,278	7,347,452	5,732,366	133,452	24,962,244
Moçambique	4,363,142	4,025,866	3,850,283	5,967,157	5,660,126	23,866,574
Angola	4,125,609	5,529,970	9,949,756	3,470,317	560,267	23,635,919
Uganda	1,230,781	974,612	14,935,613	583,652	1,154,291	18,878,949
Vietname	10,303,019	3,100,710	1,849,959	1,589,405	1,761,825	18,604,918
Senegal	11,635,396	184,013	1,194,192	101,679	100,076	13,215,356
Mali	5,245,971	768,329	2,621,321	1,637,287	2,828,973	13,101,881
Kiribati	2,261,827	3,099,378	2,990,365	1,706,601	2,496,563	12,554,734

Tabela 6: Gastos dos doadores em ajuda ao setor das pescas, D-Portal (dólares americanos)

Editora	2022	2023
Banco Mundial	199,431,500	232,397,380
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)	64,436,840	94,591,010
Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (Norad)	43,356,012	43,068,904
Comissão Europeia – Parcerias Internacionais	25,829,910	51,885,752
Departamento de Estado dos Estados Unidos	21,008,590	10,000,380
Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)	20,665,316	31,373,832
Secretariado do GEF	19,561,642	32,773,830
Nova Zelândia – Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio – Programa de Ajuda da Nova Zelândia	14,419,549	23,631,370
Banco Africano de Desenvolvimento	12,026,319	18,626,730
Suécia, através da Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Sida)	11,381,554	6,650,592
Alemanha – Ministério da Cooperação Económica e Desenvolvimento	3,353,063	15,777,632
Agência Francesa de Desenvolvimento	2,183,304	4,936,275

tBrief anteriores:

tBrief Relatório #1



**TRANSPARENCY
IN FISHERIES:**
Not as clear as it seems?

tBrief Relatório #2



**TRANSPARENCY OF
FISHERIES TENURE:**
Incomplete, unreliable and
misleading?

tBrief Relatório #3



**FISHING IN
THE DARK:**
Transparency of
beneficial ownership

tBrief Relatório #4



A 20-YEAR STRUGGLE:
Transparency in subsidies
to the fisheries sector

tBrief Relatório #5



**CORRUPTION
IN FISHERIES:**
Transparency to the
rescue?

tBrief Relatório #6



**INVISIBLE, UNDER-
VALUED AND
UNDERAPPRECIATED?**
Transparency for
small-scale fisheries

tBrief Relatório #7



**RESISTING THE
URGE TO INDEX:**
The case against
ranking fisheries
transparency efforts

tBrief Relatório #8



O TAMANHO IMPORTA?
O desafio da transparência da
pesca nos Pequenos
Estados Insulares em
Desenvolvimento

tBrief Relatório #9



**DA
TRANSPARÊNCIA
À PARTICIPAÇÃO:**
uma relação difícil?

tBrief Relatório #10



**CONFIDENCIALIDADE
DAS INFORMAÇÕES
SOBRE A PESCA**
Existem limites legais para
a transparência?

tBrief Relatório #11



**TRANSPARÊNCIA NO
FINANCIAMENTO DO
DESENVOLVIMENTO
DA PESCA MARINHA:**
uma tarefa impossível?

Os nossos tBriefs
estão disponíveis
em inglês,
francês, espanhol
e agora também
em português em
fiti.global/tbrief-series